

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2012/2013



III

OS MODELOS DE ENSINO SUPERIOR MILITAR DE
PORTUGAL E ESPANHA

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**OS MODELOS DE ENSINO SUPERIOR MILITAR DE
PORTUGAL E ESPANHA**

MAJ INF JOÃO LUÍS BARREIRA

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Pedrouços 2013



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**OS MODELOS DE ENSINO SUPERIOR MILITAR DE
PORTUGAL E ESPANHA**

MAJ INF JOÃO LUÍS BARREIRA

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Orientador: CFR AN Nuno Miguel Costa Gaspar Duarte Ramos

Pedrouços 2013



Agradecimentos

Um trabalho desta natureza dificilmente é obra de uma só pessoa, mas antes de um conjunto de colaboradores.

Em primeiro lugar, quero agradecer a disponibilidade do meu orientador, CFR AN Nuno Ramos que esteve sempre disposto a ajudar-me, mesmo quando a razão o podia levar a não fazer. Os seus conselhos contribuíram definitivamente para o resultado, e se não foi melhor, a culpa só é minha. Merecem especial referência as questões metodológicas e o rigor científico. Obrigado por ter acreditado em mim!

Ao meu diretor de curso, Sr. CMG Mar Valentim Rodrigues, fica o meu obrigado pelo apoio, pela motivação e disponibilidade, mas acima de tudo, a amizade que me dispensou!

Ao Cor Art José Feliciano e ao Professor Doutor Augusto Santos Silva, quero deixar o meu agradecimento pelas sábias palavras e pelos esclarecimentos que me deram.

Aos camaradas que, como eu, caminham entre trabalhos, apresentações, debates e seminários, o meu sincero agradecimento pela paciência que me vão dispensando e pela “alegria no trabalho”. Obrigado pela vossa amizade.

À minha família um agradecimento especial pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pelo amor que me dão todos os dias.

A todos, muito obrigado.



Índice

Introdução	1
a. Importância do estudo e justificação do tema	1
b. Objeto de estudo e sua delimitação	2
c. Objetivos de investigação	3
(1) Caracterizar os modelos de ESM de Portugal e Espanha;	3
(2) Comparar e identificar aspetos passíveis de partilha dos modelos ESM de Portugal e Espanha;.....	3
(3) Avaliar a exequibilidade e linhas de aproximação dos modelos de ESM e o reconhecimento recíproco dos cursos de carreira e graus académicos;.....	3
(4) Apresentar linhas de aproximação e partilha entre os ESM de Portugal e Espanha.	3
d. Metodologia, percurso e instrumentos	4
e. Questão central e questões derivadas	5
1. Contexto e especificidades dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	6
Síntese conclusiva	7
2. Os modelos de ESM em Portugal.....	8
a. Enquadramento histórico da evolução do quadro legislativo	8
b. Admissão aos EESM.....	10
(1) Condições gerais de acesso	10
(2) Prova documental	10
(3) Provas médicas	10
(4) Provas psicotécnicas	11
(5) Provas físicas	11
(6) Provas de aptidão militar	11
c. A organização e a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.....	12
d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	14
(1) Atividades de ensino e formação.....	15
(2) Ciclos de estudos e graus académicos	15
e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	15
(1) Natureza, origem e ingresso	15
(2) Critérios de escolha e seleção e de vínculo institucional	16
f. Discentes dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.....	17
(1) Os discentes	17



(2) Direitos e deveres	17
(3) Regime disciplinar	17
(4) Perda da condição de aluno	18
(5) Condições de trabalho e apoio.....	18
g. Síntese conclusiva.....	18
3. Os modelos de ESM de Espanha.....	20
a. Enquadramento histórico da evolução do quadro legislativo	20
b. Admissão aos EESM.....	22
c. A organização e a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.....	24
d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	25
(1) Atividades de formação	26
(2) Ciclos de estudo e graus académicos conferidos.....	26
e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	27
(1) Natureza, origem e ingresso dos docentes.....	27
(2) Critérios de escolha e seleção.....	28
(3) Vínculo institucional	28
f. Discentes dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.....	28
(1) Os discentes	28
(2) Direitos e deveres dos alunos	28
(3) Regime disciplinar.....	29
(4) Perda da condição de aluno	30
(5) Condições de trabalho e apoios	30
g. Síntese conclusiva.....	31
4. Comparação dos modelos de ESM de Portugal e Espanha	33
a. Evolução dos modelos de Ensino Superior Militar.....	33
b. Admissão aos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	34
c. Organização e autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	34
d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	35
e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar	35
f. Discentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar.....	35
g. Exequibilidade de aproximação dos modelos.....	36
Conclusões.....	38
Bibliografia.....	41



Índice de Anexos

Anexo A - Corpo de conceitos

Anexo B Tabela de comparação dos modelos ESM de Portugal e Espanha

Anexo C - Diagrama de validação das hipóteses



Resumo

Sabemos que nos últimos 30 anos o Ensino Superior Militar (ESM) seguiu um percurso de convergência com o sistema de ensino superior nacional e, mais tarde, no sentido da acreditação internacional, seguindo as diretivas e critérios estabelecidos pelo processo de Bolonha. Por sua vez, Espanha também optou por seguir os critérios estabelecidos pelo processo de Bolonha, mas num caminho diferente do escolhido por Portugal.

É neste sentido que o presente estudo visa analisar a exequibilidade de aproximação dos modelos de ESM existentes em Portugal e Espanha, procurando as vantagens dos modelos e ultrapassando os inconvenientes identificados, pretendemos apresentar os aspetos suscetíveis de partilha, e o reconhecimento recíproco dos graus académicos e cursos de carreira.

Para atingir estes objetivos usamos o percurso metodológico proposto por Quivy e Campenhoudt recorrendo a pesquisa bibliográfica publicada e disponível na internet selecionada pela relevância científica reconhecida dos seus autores, a fim de determinarmos o estado da arte. Estudamos o enquadramento legal do nosso objeto de estudo procurando compreender a evolução do ESM e as suas tendências. Realizamos entrevistas, a entidades e responsáveis que no desempenho de funções, por motivos profissionais ou académicos, trataram esta temática. Para analisarmos os modelos de ESM criamos um modelo de análise e, no final de cada capítulo, apresentamos uma síntese conclusiva. No quarto capítulo, comparamos os modelos para elaborarmos sobre as dimensões passíveis de partilha e prospetivar uma possível linha de aproximação dos modelos de ESM de ambos os países. Encerramos o nosso trabalho com a apresentação das conclusões, propostas e recomendações para outros estudos que merecem, no nosso entendimento, ser investigados.

Assim, este estudo vem demonstrar que existem pontos comuns passíveis de partilha entre os dois modelos, embora haja a necessidade de mais legislação enquadrante do ESM e dos EESM evoluírem para uma maior autonomia.

As conclusões a que chegamos permitem aos decisores ter um melhor conhecimento sobre os modelos de ESM de Espanha, avaliar as oportunidades que se oferecem e compreender as vulnerabilidades, abrindo caminho a uma futura cooperação.



Abstract

It is known that during the last 30 years, Military Higher Studies followed a path converging with the National Higher Education System and, later on, in direction to the international accreditation, following Bologna Process directives and criteria. Spain also opted by following Bologna Process criteria, but in a different way.

The current essay intends to analyze the feasibility of approach of both Military Higher Studies existing in Portugal and Spain, searching the advantages of the models, identifying the disadvantages and presenting the aspects possible to share, including reciprocal recognizing of academic degrees and career courses.

In order to attain these objectives, it was followed the methodology proposed by Quivy and Campenhoudt, based in a bibliographical research available in the internet, selected by theirs author's scientific relevance. It was studied the legal cadre of the object in order to understand the evolution of the Military Higher Studies and its tendencies. We proceeded to a series of appointments with responsible entities that, in their functions, by professional or academic reasons, treated this subject. In order to analyze both systems, we've created a model and, in the end of each chapter, we present a conclusive synthesis. In the fourth chapter, we proceed with the comparison of both models with the purpose of obtaining the dimensions that are able to be shared and foresee a possible line of rapprochement between both countries' models. We closed our study with the presentation of the conclusions, proposals and recommendations to the development of other studies that deserve to be investigated.

This study demonstrates that there are common issues possible to share between both models, although there is the need of more framing legislation in order to allow the Military Higher Studies and the schools to evolve to a greater autonomy.

The conclusions we've reached lead to a better knowledge on the models of Military Higher Studies and allow decision makers to evaluate the emergent opportunities and understand the vulnerabilities, opening way to a future cooperation between the two states in this matters.



Palavras-chave

Centro Docente Militar de Formación, Centro Universitario de la Defensa, Ciclos de estudos, discente, docente, Ensino Superior Militar, European Credit Transfer System, Forças Armadas, Investigação e Desenvolvimento, Modelos de Ensino Superior Militar, Plano de Estudos.



Lista de abreviaturas

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AFA	Academia da Força Aérea
AGA	<i>Academia General del Aire</i>
AGM	<i>Academia General Militar</i>
AM	Academia Militar
CDM	<i>Centros Docentes Militares</i>
CEM	Chefe de Estado Maior
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CESEDEN	<i>Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional</i>
CESM	Conselho do Ensino Superior Militar
CPLP	Cooperação com Países de Língua Portuguesa
CUD	Centro Universitário de Defesa
DL	Decreto Lei
DN	Defesa Nacional
ECTS	<i>European Credit Transfer System</i>
EEESPM	Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar
EES	Estabelecimento de Ensino Superior
EESPM	Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar
EMES	Estabelecimentos Militares de Ensino Superior
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EN	Escola Naval
ENM	<i>Escuela Naval Militar</i>
EOI	Engenharia de Organização Industrial
ES	Ensino Superior
ESFAS	<i>Escuela Superior de as Fuerzas Armadas</i>
ESM	Ensino Superior Militar
FFAA	Forças Armadas
GC	<i>Guardia Civil</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
IDI	Investigação, desenvolvimento e inovação
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IM	Instituição Militar
JHI	Junta Hospitalar de Inspeção
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
OM	<i>Orden Ministerial</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
QD	Questão derivada
QP	Quadro Permanente
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RD	Real Decreto
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior



TII	Trabalho de Investigação Individual
TIM	<i>Tarjeta de Identidad Militar</i>
UE	União Europeia



Introdução

Este estudo visa analisar a exequibilidade de aproximação dos modelos de Ensino Superior Militar (ESM) existentes em Portugal e Espanha, particularmente nos cursos de carreira dos oficiais do Quadro Permanente (QP). Sem descurar as vantagens dos modelos e procurando transpor os inconvenientes identificados, pretendemos apresentar os aspetos que poderão ser objeto de partilha, a fim de se obter o reconhecimento recíproco dos graus académicos e dos cursos de carreira.

À semelhança de outras instituições de Ensino Superior (ES), os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM)¹ de Portugal, iniciaram nos últimos 30 anos um caminho com vista ao reconhecimento externo dos seus cursos de formação. Se por um lado, o caminho seguido procurou uma convergência com o sistema de ensino superior nacional, não menos importante, também avançou no sentido da acreditação internacional, seguindo as diretivas e critérios estabelecidos pelo processo de Bolonha.

Por sua vez, Espanha também optou por seguir os critérios estabelecidos pelo processo de Bolonha, mas num caminho diferente do escolhido por Portugal. Assim, optou por criar *Centro Universitario de la Defensa* (CUD)² nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (EESM), passando a ser ministrada formação mais abrangente e integrada face à dualidade do seu currículo: civil e militar (Gan Pampols, 2011, pp. 34-35).

a. Importância do estudo e justificação do tema

De acordo com o DL n.º27/2010, de 31 de março, os EESM são as instituições que têm por missão formar os oficiais dos QP das Forças Armadas (FFAA), habilitá-los ao exercício das suas funções, conferir-lhes as competências adequadas ao cumprimento das missões específicas dos ramos e promover o desenvolvimento individual para o exercício das funções de comando, direção e chefia (MDN, 2010, p. 1058).

A complexidade e o ecletismo das funções dos oficiais das FFAA resultam, por um lado, da permanente disponibilidade para o serviço, do acelerado desenvolvimento tecnológico e dos mais variados problemas do ofício de comandar, educar ou instruir Homens. Em resposta aos desafios resultantes, sobressai uma profunda componente ético-militar, que eleva as exigências específicas de ordem moral, intelectual e físicas que

¹ De ora em diante denominados por Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (EESM), por não existirem outros, de natureza privada, em Portugal e Espanha.

² *Centro Universitario de la Defensa*, sob tutela do Ministro da Defesa através da Secretaria de Defesa, são organismos autónomos que se encontram localizados nos Estabelecimentos de Ensino Militar e ligados às Universidades Civis (Gan Pampols, 2011, p. 34).



caraterizam a condição militar³. Por outro lado, o predomínio da informação e a sua transformação em conhecimento, assim como, o crescente valor tecnológico dos novos armamentos, elevam a importância e a complexidade das operações militares conjuntas e combinadas⁴, que impõem mudanças determinantes na formação dos quadros militares.

Acresce ainda, no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), garantir a sustentação orçamental nacional de umas FFAA constituídas por militares profissionais, mais qualificados e mais experientes, numa carreira militar apelativa através da dignificação, reconhecimento e valorização da profissão no quadro das funções de Estado. Constituem-se, por isso, a racionalidade económica dos recursos e a qualidade do ensino, vetores fundamentais, de desenvolvimento e modernização das FFAA e o desempenho operacional.

Assim, neste contexto em que surge a necessidade de consolidar e sustentar o modelo de ESM nacional, e otimizar os recursos humanos e materiais numa lógica de atuação conjunta ou combinada (Branco, 2012, p. 2), o trabalho proposto tem uma importância fundamental para os EESM de Portugal e Espanha, por trazer ao conhecimento os aspetos que podem ser partilhados. Além disso, numa linha de diálogo e intercâmbio com entidades congéneres sem perder o reconhecimento externo do modelo de excelência nacional (Branco, 2012), entendemos que a nossa investigação pode trazer um contributo importante apontando (mais/outras) linhas de aproximação dos atuais modelos.

b. Objeto de estudo e sua delimitação

O objeto de estudo do nosso Trabalho de Investigação Individual (TII) são os modelos de ESM em Portugal e Espanha que, identificando as vantagens e inconvenientes, pretendemos verificar a possibilidade de partilha dos recursos humanos e dos projetos de investigação e confirmar a possibilidade de um recíproco reconhecimento dos cursos de carreira e graus académicos.

Como delimitação ao nosso tema focámos a nossa investigação no ESM nacional universitário definido nos diplomas enquadrantes⁵ por ser aquele que está orientado para a oferta de formações científicas sólidas e o que junta esforços e competências de unidades de ensino e investigação. Consideramos que o ensino superior politécnico militar tem pouca expressão numérica, ao longo dos cursos de carreira.

³ De acordo com o estabelecido no DL. n.º 48/1986, de 13 de março, estatuto da condição militar.

⁴ As operações conjuntas e combinadas são operações que integram diferentes componentes dos diversos ramos e funções especialistas e agências governamentais e não-governamentais num ambiente multinacional.

⁵ Para o efeito consideramos a republicação do DL. n.º 37/2008 do DL. n.º 27/2010, de 31 de março e o DL. n.º 28/2010, de 31 de Março.



Com a aprovação do DL n.º 27/2010, Estatuto dos Estabelecimentos do Ensino Superior Público Militar, os regulamentos dos EESM, ficaram desatualizados pelas novidades do DL e pela antiguidade dos regulamentos. Assim, no intuito de incorporar a informação dos futuros regulamentos, apoiamos o nosso estudo nas atuais propostas de regulamento dos EESM.

Sendo conhecedores da responsabilidade da Academia Militar e da Academia General Militar na formação de oficiais destinados a corpos especiais das Forças de Segurança (FFSS), como são o caso, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Guarda Civil (GC), respetivamente, a razão aconselhou-nos a optar por delimitar o nosso estudo às FFAA dos dois países, por limitação de espaço.

A nossa outra delimitação resulta da publicação da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 26/2013, de 19 de abril “Defesa 2020” que extingue a Escola do Serviço de Saúde Militar, enquanto EESM.

Feita a delimitação do nosso tema e por razões de organização do nosso TII, de ora em diante, passaremos a considerar como EESM nacionais a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM), a Academia da Força Aérea (AFA) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

c. Objetivos de investigação

Como objetivo geral, a presente investigação pretende identificar as características dos modelos de ESM nacional e espanhol, identificar aspetos comuns passíveis de partilha e perspetivar um quadro de partilha de docentes, discentes e projetos de investigação futuros e reconhecimento recíproco dos graus académicos e dos cursos de carreira.

Como objetivos específicos, definimos:

- (1) Caracterizar os modelos de ESM de Portugal e Espanha;
- (2) Comparar e identificar aspetos passíveis de partilha dos modelos ESM de Portugal e Espanha;
- (3) Avaliar a exequibilidade e linhas de aproximação dos modelos de ESM e o reconhecimento recíproco dos cursos de carreira e graus académicos;
- (4) Apresentar linhas de aproximação e partilha entre os ESM de Portugal e Espanha.



d. Metodologia, percurso e instrumentos

Como metodologia de investigação vamos utilizar o método hipotético-dedutivo⁶.

Iniciamos os nossos trabalhos com pesquisa bibliográfica publicada ou disponível na internet selecionada pela relevância científica reconhecida aos seus autores resultado de uma reflexão amadurecida, a fim de determinarmos o estado da arte. Estudamos o enquadramento legal do nosso objeto de estudo procurando compreender a evolução do ESM e as suas tendências, por intermédio de entrevistas, realizadas a entidades e responsáveis que no desempenho de funções, por motivos profissionais ou académicos, trataram esta temática.

Como ponto de partida, no segundo capítulo, analisamos os modelos ESM em Portugal, e, no capítulo seguinte, os modelos de ESM de Espanha. Elaboramos sínteses conclusivas das análises aos capítulos no final de cada um deles para no terceiro capítulo, comparando-os elaborarmos sobre as dimensões passíveis de partilha e prospetivar uma possível linha de aproximação dos modelos de ESM de ambos os países. Encerramos o nosso trabalho com a apresentação das conclusões, propostas e recomendações para outros estudos que merecem, a nosso ver, ser investigados.

A metodologia de análise que utilizamos iniciou pelo estudo da evolução dos modelos de ESM de Portugal e Espanha à atualidade. Razão da importância dos processos de recrutamento e de seleção dos candidatos, analisamos a classificação e a seleção porque, permitem selecionar os candidatos conforme ao perfil desejado dos EESM e, simultaneamente, fornecem informação e contacto com os valores e a cultura organizacional, bem como as dificuldades da vida militar.

Depois, porque se tratam de instituições militares, analisamos a organização e o relacionamento dos órgãos de comando, de conselho e de apoio. Analisamos a autonomia dos EESM e a sua, maior ou menor, dependência de entidades externas na condução dos cursos que realizam. Caracterizamos o ensino e as atividades de formação conduzidas, sejam do foro exclusivo militar, ou científico, os ciclos de estudo e os graus académicos conferidos.

No seguimento da nossa análise, analisamos os docentes, caracterizando a natureza, a origem e o ingresso nos EESM, procurando compreender os critérios da sua escolha e seleção, e o vínculo institucional. Por fim, procuramos caracterizar os discentes, através da

⁶ Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenómeno. Para tentar explicar o problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses, a partir das quais se deduzem consequências que deverão ser testadas ou falseadas (IESM, 2007, pp. 3-4).



análise das propostas de regulamento, e outros documentos que nos foram disponibilizados, a fim de compreendermos os direitos e os deveres dos alunos, a condição de aluno, o contexto de trabalho das atividades e os, eventuais, apoios que recebem.

e. **Questão central e questões derivadas**

A questão central (QC) formulada foi a seguinte:

“De que forma podem os modelos de ensino superior militar de Portugal e Espanha ser aproximados?”

No desenvolvimento da nossa questão central formulamos as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Quais as características dos modelos de ESM em Portugal?

QD2: Quais as características dos modelos de ESM em Espanha?

QD3: Quais as dimensões que podem ser partilhadas nos modelos de ESM de Portugal e Espanha?

Para elaborar o nosso trabalho e a fim de procurar dar respostas às QD foram elaboradas as seguintes hipóteses (Hip), cuja validação ou refutação decorrerá do processo de investigação:

Hip 1.1: O ESM caracteriza-se por uma identidade própria, no seio do ES público, o que implica a existência da especificidade militar.

Hip 1.2: Os modelos de ESM em Portugal têm autonomia para conduzirem as suas atividades de formação científica e técnica sem necessidade de recorrer a outras entidades.

Hip 2: Os modelos de ESM em Espanha ministram formação militar e científica concedendo um grau académico no final do ciclo de formação.

Hip 3: Os modelos de ESM de Portugal e Espanha podem partilhar docentes, discentes, projetos de investigação.

No âmbito da formatação do documento, utilizamos o software para referência automática, nomeadamente o Microsoft Word 2010, utilizando o estilo *Harvard-Anglia* 2008.



1. Contexto e especificidades dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Os EESM⁷ pertencem à Instituição Militar (IM) e, como elas, apresentam características que lhe são únicas. No plano institucional “o domínio das normas, das organizações e das práticas, que define um universo social particular, o ‘militar’”, como nos lembra Rodrigues dos Santos, resultam dois subconjuntos normativos, que se completam, se incompatibilizam ou se contradizem, num sistema de relações complexo: o corpus legal e regulamentar escrito e o da cultura organizacional (Santos, 2006, pp. 1-2).

A evolução das FFAA transformou-as num polo organizacional permanente e numa instituição fundamental de organização política e social dos estados modernos a ponto de, salva muito raras exceções, não se conceber a ideia de um Estado sem FFAA. Assim, levado ao limite, é expectável um papel interventivo no plano externo para fazer a guerra ou, no plano interno, para garantir a segurança e/ou imposição da ordem através de operações militares. O seu carácter permanente e tendente para o monopólio do exercício da violência no quadro legal, transformou-as num instrumento ímpar de política (particularmente externa), mas, simultaneamente um perigo para as instituições civis e para a sociedade, dado o adestramento dos homens, da organização e equipamentos que possui. É esta ambivalência que explica, segundo Rodrigues dos Santos, a relação complexa que as sociedades modernas mantêm com as suas IM (2006, p.4).

Além disso, vários elementos de mudança têm influenciado a IM e a sua ação. A imprevisibilidade estratégica das ameaças face à sua característica difusa e híbrida, leva a um aumento da complexidade nos setores da segurança e da defesa (Escorrega, 2012), através do aparecimento de novas ameaças como a globalização, do acentuar das diferenças entre ricos e pobres, a destruição do ambiente e a evolução do poder no sistema internacional para um sistema multipolar.

É neste contexto em que as IM se inserem, e, por isso, fácil compreender a complexidade da missão e o papel fundamental que os EESM têm. São os primeiros responsáveis pela qualidade da formação dos oficiais destinados às IM, por lhes caber seleccionar os candidatos, adequar e atualizar a formação num modelo equilibrado, institucional⁸ e ocupacional⁹, que sirva os interesses face aos desafios que se lhes apresentam.

⁷ Apenas consideramos os ESM universitários cuja matriz de ensino corresponde ao estabelecido na declaração de Bolonha.

⁸ Modelo que segundo Charles Moskos corresponde ao ideal de instituição, baseado em normas e valores que transcendem o interesse individual em proveito de um bem comum. Os membros são vistos como seguindo



A especificidade dos EESM provém do caráter militar dos Estabelecimentos de Ensino Superior (EES) que num processo misto de escola e exercício de funções (Sousa & Esteves, 2010, p. 89) preparam os alunos para a entidade empregadora IM ou como servidores do Estado. “É durante este período inicial de formação que os futuros oficiais assimilam conhecimentos de índole militar, científica e cultural, marcantes para o desenvolvimento de todo o percurso profissional dentro da Instituição” (Madeira, 2006, p. 201).

Apesar da origem diferenciada dos candidatos aos EESM, civil ou militar, estes realizam rigorosos testes de admissão¹⁰ e, uma vez admitidos, os alunos ficam sujeitos a um processo de “socialização e assimilação da vastíssima cultura organizacional, a qual se reveste de marcada importância, na medida em que se trata de uma Instituição profundamente enraizada e influenciada por valores, tradições, ritos e simbolismos que marcam acentuadamente a forma de se ser, de se estar e de se fazer dentro da Instituição” (Madeira, 2006, p. 201).

A base da especificidade na formação militar e comportamental corresponde à cultura permanente dos valores, à tomada de consciência de que a função primária de comandar é diferente da de mandar e a noção de colocar o país à frente dos interesses individuais (Borges, 2004, p. 122).

Para isso, é necessário um corpo docente exímio, civil e militar, capaz de ministrar a formação científica e técnica dos planos de estudo dos ciclos de estudos (Borges, 2004, p. 121).

Síntese conclusiva

Os EESM têm um universo social particularmente complexo que resulta de um corpo legal e de uma cultura organizacional da IM. A especificidade dos EESM provém do seu caráter militar, do seu ensino de índole militar, científico e cultural, dos processos de socialização e assimilação, da tomada de consciência da função primária comandar e do corpo docente exímio, civil e militar.

uma vocação assumindo uma postura de autossacrifício pelo reconhecimento do prestígio da função (2000, cit. por Sousa & Esteves, 2010).

⁹ Para Charles Moskos, neste modelo imperam as leis da oferta e da procura e orienta o desempenho dos membros para o sistema de recompensas em vigor e a relação indivíduo-instituição para um modelo contratual (2000, cit. por Sousa & Esteves, 2010).

¹⁰ Em comparação com o Ensino Superior Público o acesso é ainda mais restringido e carece de, por exemplo, apresentação documental, testes psicotécnicos, físicos e médicos e a prova (s) de adaptação. Isto permite eliminar os candidatos que não correspondem aos perfis e os que apresentam fortes probabilidades de insucesso.



2. Os modelos de ESM em Portugal

Neste capítulo vamos caracterizar o Ensino Superior Militar em Portugal apoiando-nos no método de análise apresentado.

a. Enquadramento histórico da evolução do quadro legislativo

Durante décadas, às FFAA foi atribuído um papel, eventualmente suplementar, mas de elevado reconhecimento social: o de formar cidadãos (Coelho, 2006, p. 194). Com as “Escolas regimentais” assumiu fora do período normal de serviço, o papel de formar cidadãos e fazê-los “homens”, perante uma população pobre, analfabeta e eminentemente rural. Mesmo depois da revolução nunca deixaram de moldar “homens” e dar o seu contributo na formação de cidadãos capazes de exercerem múltiplas atividades de cidadania (Coelho, 2006, pp. 194-195).

Face às exigências específicas de ordem moral, intelectual e física que caracterizam a condição militar dos oficiais QP das FFAA, e à complexidade e ecletismo das funções dos oficiais do futuro, em 1986¹¹, foi definido um novo quadro legal que regulava o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integravam o sistema universitário português. Nessa data, pela primeira vez, foi assumida a necessidade de uma sólida, intensa e específica preparação de base, de nível superior, aos oficiais do QP. Em moldes análogos às universidades, é reconhecida a profunda componente ético-militar como resposta aos desafios que resultam da servidão da profissão, do permanente e acelerado desenvolvimento tecnológico e dos problemas humanos que, como chefes, como educadores ou instrutores teriam que enfrentar (MDN, 1986). Através do DL. 48/86 de 13 de março, a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM) e a Academia da força Aérea (AFA) ficaram reconhecidos como Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (EMES) cujo objetivo essencial seria formar os oficiais do QP em áreas do conhecimento de interesse para o desempenho de missões específicas dos ramos, permitir desenvolver atividades de ensino e investigação e de apoiar a comunidade e autoridade para conferir o grau de licenciatura em Ciências Militares, de nível equivalente ao grau de licenciatura conferido pelas universidades (MDN, 1986).

Mais tarde, atendendo ao aparecimento de novos fatores de conflitualidade, a importância e complexidade das operações militares conjuntas e combinadas e a maior necessidade de coordenação entre os ramos das FFAA, quer a nível nacional como

¹¹ Decreto-Lei n.º 48/1986, de 13 de Março.



internacional, foi necessária uma nova mudança na formação dos quadros militares. Assim, com o DL n.º161/2005, de 22 de setembro, novas alterações foram feitas porque, “A relevância das operações militares de natureza conjunta e combinada recomenda, por outro lado, a criação de órgãos conjuntos e uma maior normalização da doutrina, instrução e treino, maximizando-se as oportunidades de formação conjunta e conhecimento recíproco dos oficiais das Forças Armadas” (MDN, 2005, p. 5674). Foram extintos Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e criado, em sua substituição, o Instituto de Estudos Superiores Militares integrado no Ministério da Defesa Nacional e diretamente dependente do ministro da tutela (MDN, 2005, p. 5674).

Posteriormente, à semelhança de outras instituições de ensino superior público, os EESM de Portugal, caminharam para o reconhecimento externo dos seus cursos de formação convergindo, inicialmente com o sistema de ensino superior nacional, e posteriormente, com os critérios do processo de Bolonha. Assim, a 5 de março de 2008, com a publicação do DL. n.º 37/2008 fica materializada a aplicação do DL. n.º 74/2006¹² a todos os ciclos de estudos dos EESM no ano letivo 2009-2010 e, consequentemente, extintas as escolas politécnicas dos ramos¹³ com a criação dos departamentos de ensino politécnico nos EESM de formação inicial. Esta medida, assegurou ao legislador um contexto de igual dignidade e exigência dos oficiais do QP, por questões de eficiência e eficácia, a par da racionalização e operacionalização dos recursos materiais e humanos, mas de vocações diferentes (MDN, 2008, p. 1382). Para além disto, foi criado um órgão colegial, o Conselho do Ensino Superior Militar (CESM), diretamente dependente do Ministro da Defesa Nacional, para assegurar a conceção, a coordenação e o acompanhamento da execução das políticas no domínio do ESM (MDN, 2008, p. 1382).

Em 2010, assumindo como prioridade fundamental de modernização do País, o governo, apostou na qualificação, na inovação, na tecnologia e na sociedade do conhecimento, dando continuidade à consolidação e sustentação dos modelos de ESM. Publicou o DL n.º 27/2010 e o DL. n.º 28/2010, de 31 de março, que reviu os estatutos dos EESM, redefiniu o quadro legal do IESM e republicou legislação com as devidas atualizações.

¹² DL que estabelece o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.

¹³ Referimo-nos à Escola Superior de Tecnologias Navais, à Escola Superior Politécnica do Exército e à Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas.



b. Admissão aos EESM

As condições de acesso e ingresso aos ciclos de estudos que conferem grau académico são idênticas às estabelecidas para o ensino superior público salvaguardado as exigências específicas fixadas em regulamento próprio de cada estabelecimento (MDN, 2010, p. 1063).

Em Portugal, as condições de acesso aos três EESM¹⁴ que ministram a formação inicial aos oficiais do QP, são as seguintes:

- prova documental;
- provas psicotécnicas;
- provas médicas;
- provas físicas;
- provas de aptidão militar.

As referidas provas são semelhantes, contudo, no que concerne às condições de ingresso, existem algumas diferenças substanciais que se devem à especificidade do ramo.

(1) Condições gerais de acesso

Nas condições gerais de acesso, como medidas permissíveis, a EN não impõe aos candidatos civis o estado civil de solteiro (EN, 2012, p. 2) enquanto que a AFA estende, aos candidatos militares, a possibilidade de concorrerem com menos de um ano de contrato e até aos 26 anos de idade (AFA, 2012, p. 3). Como medidas restritivas, a EN não permite candidatos militares que frequentem outro qualquer curso de ingresso ao QP, e a AFA, não recruta candidatos com altura superior a 1,90 m (AFA, 2012, p. 1).

(2) Prova documental

A prova documental não apresenta diferenças significativas uma vez que regula as condições de acesso aos EESM.

(3) Provas médicas

As provas médicas destinam-se a averiguar a existência de qualquer doença ou deficiência física suscetível de impedir o cabal desempenho da profissão de oficial do QP. Os documentos consultados não nos permitiram o acesso ao detalhe das provas e, consequentemente, a sua avaliação por não serem públicas. Isto poderia levar-nos a concluir serem similares para os diferentes EESM e especialidades. Contudo, a nossa experiência militar, ao longo de vinte anos, permite-nos afirmar que existem diferenças que

¹⁴ Consultamos o edital da EN concurso de admissão de cadetes da armada – 2012, a página web da AM – admissão e o documento concurso para admissão ao curso de mestrado integrado em aeronáutica militar – ano letivo 2012-2013 da AFA.



deverão ser atendidas, das quais podemos destacar a avaliação que a AFA faz aos candidatos a piloto aviador comparada com a avaliação da AM aos candidatos à arma de infantaria, por exemplo. Essas diferenças resultam da especificidade do ramo e das funções que venham a exercer.

(4) Provas psicotécnicas

As provas psicotécnicas pretendem apurar as aptidões e competências psicológicas dos candidatos e aferir a sua adaptabilidade às funções específicas das especialidades, sendo para tal realizados testes psicotécnicos - testes de personalidade, cognitivo-intelectual e entrevistas nos três EESM¹⁵ que visam contribuir para o conhecimento da motivação vocacional dos candidatos.

(5) Provas físicas

As provas físicas destinam-se a verificar, mediante a execução de exercícios específicos, se os candidatos possuem as capacidades motoras indispensáveis para o ulterior desempenho da profissão de oficial do QP. Relativamente a estas verificamos que as provas, para a AM e a AFA, são praticamente idênticas, diferindo somente pela prova de abdominais e extensão de braços. Estas já não são realizadas pela AM que é a única a avaliar o salto em extensão e as flexões de braços na trave. No que diz respeito à EN, substitui a passagem pelo pórtilco, o salto do muro e o salto da vala pelo salto para a rede de abordagem, pela realização de um túnel subterrâneo e a adaptação ao meio aquático.

(6) Provas de aptidão militar

As provas de aptidão militar visam verificar a capacidade de integração do candidato nos ramos e o despiste dos casos de inadaptação à vida militar. Estas provas são realizadas nos três EESM e com destaque para a realização, pela AFA, de um estágio de voo destinado exclusivamente aos candidatos a piloto aviador e a prova de vida no mar, que a EN realiza a todos os candidatos.

No que concerne ao IESM, as condições de acesso e ingresso aos ciclos de estudo referentes ao grau académico são idênticas ao que estiver estabelecido para o ES público salvaguardadas as exigências específicas fixadas no regulamento do IESM e dos cursos (MDN, 2010, p. 1086). O corpo discente do IESM, é constituído por todos os auditores e alunos inscritos para a frequência de cursos, estágios, tirocínios, unidades curriculares ou quaisquer outras atividades de ensino e, conforme estabelecido, pelo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) (MDN, 2010, p. 1086) (MDN, 2007, p. 6497).

¹⁵ Além destes, a EN realiza ainda um teste sociométrico (EN, 2012, p. 5)



c. A organização e a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Os EESM são organizados por órgãos de comando ou direção, órgãos de conselho, órgãos de ensino, por um corpo de alunos, órgãos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), órgãos de apoio e outros órgãos definidos nos respetivos regulamentos (MDN, 2010, p. 1059).

No que concerne à autonomia os EESM detêm autonomia científica que se concretiza pela capacidade que têm para definir, programar e executar a investigação e demais atividades científicas através de um conselho científico a quem compete dar pareceres sobre os assuntos relacionados com a orientação científica e técnica do ensino e da investigação. Este é um órgão colegial nomeado por despacho do Chefe de Estado Maior (CEM) do ramo por períodos de três anos, no caso do IESM do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), sob proposta dos respetivos comandantes ou diretores. São compostos maioritariamente por detentores do grau de doutor num número não superior a 25 membros e podem integrar membros convidados, de entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência, no âmbito da missão dos estabelecimentos de ensino (MDN, 2010, p. 1059) (MDN, 2010, p. 1082).

Para a realização das atividades científicas os EESM contam ainda com órgãos de ensino e de IDI para realizar projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, promover projetos de investigação integrados e divulgar o conhecimento científico em áreas de interesse para a segurança e defesa nacional. Podem ainda fazê-lo em colaboração com outras instituições da comunidade científica, nacional ou internacional.

Relativamente aos órgãos de IDI, ou o Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI) para o IESM (MDN, 2010, p. 1082), estes são dirigidos ou chefiados por um docente ou investigador habilitado com o grau de doutor que responde diretamente ao comandante ou diretor do estabelecimento (MDN, 2010, p. 1060).

No domínio das áreas científicas que integram os planos dos cursos, os EESM promovem atividades de investigação, desenvolvimento e inovação que visem a produção científica, a formação metodológica dos seus alunos, a qualificação do corpo docente, a procura de novas soluções pedagógicas, a melhoria do ensino em geral e o desenvolvimento do conhecimento em áreas de especial interesse para a segurança e defesa (MDN, 2010, p. 1061).



Para além dos órgãos anteriores, os EESM podem ainda criar unidades orgânicas de investigação, designados por centros ou laboratórios, ou associar-se a instituições de investigação comuns dos EESM. (AFA, 2012, p. 93)

A autonomia pedagógica concretiza-se na capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos (MDN, 2010, p. 1059).

Como acontece para o conselho científico, o conselho pedagógico é um órgão colegial que tem a particularidade de contar com a participação de nove alunos. Para além do conselho, os EESM podem ainda, de acordo com o art.º 7 do DL 27/2010, “integrar outros órgãos, designados de estudos, planeamento, avaliação e de qualidade, cuja composição e competências são definidas nos respetivos regulamentos” chefiados por oficiais ou docentes civis habilitados com o grau de doutor ou mestre (MDN, 2010, p. 1059).

A autonomia cultural concretiza-se na capacidade para definir o seu programa de formação e de iniciativas culturais. Assim, através do corpo de alunos, e outros órgãos específicos como, a título de exemplo, o gabinete de atividades circum-escolares da EN, os EESM organizam “manifestações culturais e convívios, fomentando a participação e a iniciativa dos alunos de modo a desenvolver potencialidades que concorram para a sua formação” (AFA, 2012, p. 33). É particularmente esta autonomia cultural e ambiente militar que, aproveitando o regime de internato obrigatório, favorece e potencia os processos de socialização e assimilação da cultura organizacional enraizada e prepara os futuros oficiais do QP para o desempenho das funções na IM (Madeira, 2006, p. 201). A repetição dos rituais e cerimónias militares, fortalecem a hierarquia militar e o espírito de pertença à IM. Cerimónias públicas como o compromisso de honra e o juramento de bandeira, a atribuição de cartão de identificação, o livrete de saúde ou um patrono de curso,¹⁶ ou ainda, a prática de costumes institucionais como fazer continência, solicitar autorização para entrar ou sair de uma sala, fazer uma apresentação militar, identificar distintivos e postos, são pequenos exemplos da riqueza cultural da IM.

A autonomia administrativa é concretizada pela aprovação de regulamentos internos, diretivas ou determinações, pela celebração de acordos, convénios e protocolos e pela prática de atos administrativos, nos termos previstos nos respetivos regulamentos e

¹⁶ O patrono de curso corresponde normalmente a um vulto nacional de relevo na história da Pátria a quem lhe são reconhecidas qualidades e virtudes para sejam tomados como exemplo pelos cursos (EN, 2012, p. 68).



demais legislação aplicável. Por isso, são conferidos aos EESM a liberdade de regular as matérias relativas à finalidade, organização, composição, competências e funcionamento dos órgãos, assim como, para a autonomia, a participação de docentes na gestão, nos mecanismos de autoavaliação e a participação dos alunos nos aspetos pedagógicos (MDN, 2010, p. 1055). Aos EESM são ainda permitidos, no âmbito das suas atribuições, a celebração de acordos, convénios e protocolos, nacionais ou internacionais no quadro da União Europeia (UE) ou da Cooperação com Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas, transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico e prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento (MDN, 2010, pp. 1058-1062).

A autonomia disciplinar concretiza-se na adoção de um regime disciplinar escolar próprio que atenta ao Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e à condição militar dos alunos. Assim, é conferido “o poder de punir nos termos da lei e dos estatutos, as infrações disciplinares praticadas pelos docentes, investigadores e demais funcionários e agentes, bem como os alunos”. Neste âmbito, e ao que diz respeito aos alunos, as penas aplicáveis correspondem às definidas em regulamento próprio, bem como demais disposições legais aplicáveis à sua condição de militar¹⁷. À exceção da sanção de expulsão, todas as restantes sanções disciplinares escolares, ao abrigo dos regulamentos dos EESM, não serão consideradas, para qualquer efeito, após o ingresso no QP ou no abate do corpo de alunos (AM, 2013, p. 56)

A competência disciplinar sobre os alunos nos EESM cabe à cadeia de comando, materializada pelo corpo de alunos e pelo comandante e 2º comandante do EESM e, como qualquer outro processo disciplinar, são aplicadas agravantes e atenuantes previstas no RDM conforme as circunstâncias apuradas. Além disso, é conferido o direito de reclamação e de recurso hierárquico aos alunos que se sintam injustiçados, nos prazos e nas condições previstos dos regulamentos dos EESM (AM, 2013, pp. 57-58).

d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

O ensino nos EESM é assegurado pelos órgãos de ensino a quem compete o planeamento, a programação, a execução e o controlo da educação científica, técnica e cultural dos alunos. São dirigidos ou chefiados por um oficial ou docente civil habilitado com o grau de doutor que depende diretamente do comandante ou diretor por quem responde pelo ensino ministrado (MDN, 2010, p. 1060).

¹⁷ As penas aplicáveis aos alunos são: a repreensão escolar, a repreensão escolar agravada, a proibição de saída escolar e a expulsão (AM, 2013, p. 56).



(1) Atividades de ensino e formação

As atividades de ensino e formação desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e de laboratório. Podem ainda ser seminários, complementados por conferências nacionais e internacionais, por trabalhos de aplicação, exercícios de campo, estágios, viagens e embarques, visitas e missões de estudo e atividades complementares de formação, de acordo com a pedagogia mais aconselhável nas matérias das áreas curriculares que integram os planos de estudo. Os EESM podem organizar e ministrar cursos, tirocínios e estágios técnico-militares a indivíduos habilitados com os graus de licenciado ou mestre, que constituam habilitação complementar para ingresso nas classes, armas e serviços ou especialidades (MDN, 2010, p. 1061).

(2) Ciclos de estudos e graus académicos

A criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos, a aprovação e a modificação dos respetivos planos de estudos, estão sujeitas a aprovação do ministro da Defesa Nacional (DN), sob proposta do CEM do ramo, precedida de pareceres do conselho científico, do conselho pedagógico e do CESM (MDN, 2010, p. 1061). Os planos de estudos devem ser estruturados de forma a assegurar a educação integral do aluno nos domínios da formação académica, científica, técnica, social e humanística, em simultâneo com a formação militar, comportamental e física, o treino e a atividade militar adequados ao objetivo de cada curso com a distribuição equilibrada pelos períodos curriculares que o constituem. Desta forma, a formação dos alunos assume uma forma holística, permanente e multidisciplinar ao longo dos vários anos que compõem os diferentes cursos nas suas mais variadas especialidades.

Ao concluírem-se os ciclos de estudo, são conferidos, pelos EESM, os graus académicos de licenciado e de mestre. Os EESM podem ainda realizar ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor associando-se com universidades. A aprovação das áreas de formação, das especialidades dos estabelecimentos e os ramos de conhecimento passíveis de associação com as universidades são aprovadas por despacho do ministro da DN, sob proposta do CEM do ramo e precedida de pareceres do conselho científico, do conselho pedagógico e do CESM (MDN, 2010, p. 1061). Assim, uma vez que os EESM apenas conferem o grau de licenciado e de mestre, cabe às universidades conferir o grau de doutor sempre que se efetivar a associação anteriormente referida (MDN, 2010, p. 1061).

e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

(1) Natureza, origem e ingresso



O corpo docente dos EESM é constituído por professores, investigadores e instrutores, militares ou civis que neles desenvolvam atividade docente e devem satisfazer os requisitos previstos no artigo 47.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (AR, 2007, p. 6367). Compete-lhe diretamente a realização dos fins educativos dos EESM, cabendo aos seus elementos o desempenho de cargos ou funções no âmbito da atividade escolar e do funcionamento, nas instalações ou em locais onde decorram atividades externas (MDN, 2010, p. 1062).

Os professores podem ser coadjuvados por instrutores, militares ou civis, ou por outros elementos que prestem serviço em ações letivas externas, em atividades, em aulas práticas e em trabalhos de laboratório ou de campo. Estes são especialistas de reconhecida experiência e competência profissional e detentores dos atributos curriculares específicos imprescindíveis para o exercício das funções educativas e de formação que lhes estão cometidas (MDN, 2010, pp. 1062-1063).

(2) Critérios de escolha e seleção e de vínculo institucional

O recrutamento e a seleção de professores, investigadores e instrutores militares é realizado através de convite ou escolha do CEM do ramo de que depende o estabelecimento, no caso do IESM do CEMGFA, ou por concurso nas condições estabelecidas pelo regulamento do EESM (MDN, 2010, p. 1063). Quando os professores, os investigadores e instrutores militares assumem as suas funções nos EESM, continuam sujeitos às regras para a ascensão na respetiva carreira¹⁸ e, por isso, dependentes da satisfação das regras gerais e especiais de promoção que nem sempre se coadunam com a função que ocupam nos EESM (Pereira & Borges, 2011, p. 120).

Relativamente aos professores e investigadores civis, estes são docentes da carreira do ES universitário ou politécnico, ou individualidades com qualificação e competência científica e pedagógica comprovada. Sem prejuízo da aplicação do regulamento de cada estabelecimento e do contrato celebrado, aplica-se o estatuto das respetivas carreiras docentes do ensino superior. O recrutamento e a seleção são realizados através de concurso, conforme as condições estabelecidas no regulamento dos EESM e no respeito pelo previsto no Estatuto da Carreira Docente Universitária, no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico e no Estatuto da Carreira de Investigação Científica (MDN, 2010, p. 63).

¹⁸ Constante nos Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)



A fim de garantir a autonomia científica e pedagógica dos EESM, estes devem dispor de um mapa próprio e permanente de professores, investigadores e instrutores num quadro estatutário que garanta estabilidade (AFA, 2012, p. 62).

f. Discentes dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

(1) Os discentes

O corpo discente é constituído por todos os alunos admitidos para a frequência de ciclos de estudos, cursos, estágios, tirocínios, unidades curriculares ou quaisquer outras atividades de ensino e formação (MDN, 2010, p. 1063).

As condições de acesso e ingresso aos ciclos de estudos que conferem grau académico são idênticas às que estiverem estabelecidas para o ES público, sem prejuízo das exigências específicas fixadas no regulamento de cada estabelecimento de ensino e nas normas de admissão ao curso. A admissão aos cursos de formação inicial dos oficiais do QP corresponde à descrita na alínea b. do presente capítulo.

(2) Direitos e deveres

O regime dos alunos nos EESM é inerente à condição militar, que lhe confere direitos e deveres próprios, mas com as adaptações decorrentes da sua condição de alunos. Ficam, por isso, sujeitos a regimes especiais fixados nos regulamentos dos respetivos estabelecimentos, designadamente no âmbito disciplinar e escolar, mas também às normas aprovadas pelo CEM do ramo, sob proposta do comandante ou diretor, precedida de pareceres do conselho pedagógico ou do conselho disciplinar (MDN, 2010, p. 1063).

Os alunos de nacionalidade estrangeira autorizados a frequentar cursos nos EESM ficam sujeitos a regimes especiais, regulados por normas próprias, no âmbito da cooperação estabelecida entre o Estado Português e os outros Estados signatários. Os critérios de frequência, avaliação e certificação carecem de parecer do CESM e da satisfação das normas dos regulamentos dos EESM. Os alunos devem possuir os pré-requisitos académicos adequados para que, seguindo o regime estabelecido para os militares portugueses, não sintam dificuldades. Quanto ao regime de avaliação e de justiça e disciplina, este corresponde ao mesmo que estiver aprovado para os alunos nacionais (AFA, 2012, p. 86).

(3) Regime disciplinar

O regime disciplinar dos alunos provém da condição militar e pelo respeito do disposto no RDM, sem prejuízo da aplicação do regime disciplinar escolar no âmbito da atividade escolar (AM, 2013, p. 55) (AFA, 2012, p. 82).



Os alunos dos EESM têm direito a recompensas¹⁹ e prémios escolares²⁰ que visam distinguir os alunos com melhor aproveitamento escolar, comportamental ou que se distinguem pelas suas qualidades.

As sanções disciplinares aplicáveis aos alunos dos EESM visam corrigir as infrações disciplinares e são averbadas no processo escolar individual dos alunos até ao ingresso nos quadros especiais de oficiais, momento que são relevadas automaticamente e sem quaisquer efeitos posteriores (AM, 2013, p. 55) (AFA, 2012, p. 84) (EN, 2012, p. 80).

(4) Perda da condição de aluno

Os alunos podem perder a condição de aluno por desistência, por falta de aptidão militar, por motivos escolares ou por incapacidade física ou psíquica (AFA, 2012, p. 88), (EN, 2012, p. 82), (AM, 2013, pp. 58-59). Na situação de desistência, o aluno fica sujeito a indemnização, desde que se faça depois do primeiro ano de frequência (AFA, 2012, p. 88), (EN, 2012, p. 82), (AM, 2013, pp. 58-59).

(5) Condições de trabalho e apoio

Os discentes encontram-se agrupados numa estrutura de comando, o corpo de alunos, que tem a principal responsabilidade do enquadramento e acompanhamento das atividades dos alunos e transmitir a cultura organizacional (AM, 2013, p. 62) (EN, 2012, p. 87) (AFA, 2012, p. 95). Além da participação obrigatória nas atividades letivas, os alunos executam serviços, normalmente no corpo de alunos, e participam nas cerimónias militares.

Os alunos dos EESM têm direito a alimentação e alojamento, armamento e remuneração (EN, 2013) (AFA, 2013) (AM, 2013). Os EESM disponibilizam aos alunos infraestruturas desportivas, de lazer e convívio, de estudo e de investigação para que possam usufruir no decorrer das atividades letivas e nos tempos livres (EN, 2013) (AFA, 2013) (AM, 2013).

g. Síntese conclusiva

Os modelos de ESM em Portugal convergiram para o modelo do ES público, evoluíram no sentido do reconhecimento externo seguindo os critérios de Bolonha e consolidaram os modelos numa ótica de racionalização de custos.

¹⁹ Destinam-se a destacar atos ou comportamentos exemplares dos alunos no aproveitamento escolar ou em trabalhos que sejam considerados relevantes. As recompensas são: louvores, referências elogiosas, citação em formatura ou dispensas extraordinárias (AM, 2013, p. 55) (AFA, 2012, p. 82) (EN, 2012, p. 79).

²⁰ Destinam-se aos alunos que, na frequência dos respetivos cursos, se distinguiram pelas suas qualidades ou pelo aproveitamento, mediante proposta. Normalmente são entregues em cerimónia pública (AM, 2013, pp. 55-56) (AFA, 2012, p. 83) (EN, 2012, p. 78)



As condições de acesso aos EESM regem-se pelas regras do ES público salvaguardadas as exigências específicas regulamentadas e que correspondem à execução de determinadas provas.

Os EESM estão estruturados e organizados por órgãos que lhes conferem a autonomia científica, pedagógica, disciplinar, cultural e administrativa para conduzirem as suas atividades. Estão autorizados a conduzir ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado e mestre, podendo estender-se a doutoramentos desde que associado com uma universidade. Os EESM conduzem as atividades de ensino e formação dos seus alunos.

Relativamente aos docentes, os EESM possuem um corpo docente constituído por militares e civis. O recrutamento e a seleção dos professores são realizados por convite ou escolha, podendo também ser por concurso. Os professores civis são docentes de carreira do ES universitário e faz-se por concurso.

O corpo discente está organizado numa estrutura de comando. A condição de aluno confere direitos e deveres que resultam da condição militar. O regime disciplinar é regulado pelo RDM e pelas normas internas dos EESM.

Os EESM disponibilizam aos alunos infraestruturas desportivas, de lazer e convívio, de estudo e de investigação, mas também, alojamento, alimentação e remuneração.

Verificamos ao longo deste capítulo, que o ESM é equiparado ao ES público mas com a salvaguarda da especificidade militar. Os EESM selecionam os discentes com provas de personalidade e de aptidão militar, possuem órgãos de cariz militar, têm autonomia científica, pedagógica, disciplinar, cultural e administrativa, conferem direitos e deveres aos discentes que se regem por normas e leis militares e possuem um corpo docente com participação de professores militares. Pelo que confirmamos a Hip 1 e a Hip 2 respondendo à QD 1.



3. Os modelos de ESM de Espanha

Neste capítulo vamos caracterizar o Ensino Superior Militar em Espanha.

a. Enquadramento histórico da evolução do quadro legislativo

A entrada de Espanha na OTAN em 1982 implicou grandes alterações nas FFAA do país vizinho e uma profunda reestruturação do ESM (Juan Rubio & G^a Conesa, 2012, p. 3). Porém, para Ortiz de Zárate algumas mudanças já tinham sido efetuadas nos anos 70 com a aprovação, em 1973, do inovador plano de estudos, vinculado à lei da educação de 1970, que dividiu a formação em dois ciclos de estudos (Ortiz de Zárate, 2011, p. 73)²¹ e o primeiro ciclo, correspondente a um curso seletivo e a um curso de formação básica²². O segundo ciclo, dedicado à especialização, exclusivamente civil, introduzia novos cursos²³ para o exército da responsabilidade da universidade de Saragoça, e conferia uma licenciatura em física. Em 1978, o plano de estudos sofreu uma nova alteração. Foi eliminado o curso seletivo e foram revitalizadas as academias especiais²⁴ e, outros centros militares, para ministrar a formação ao 5º ano (Ortiz de Zárate, 2011, p. 73). Para Ibáñez Dobón, o segundo ciclo acabou por ficar conhecido como seletivo, uma vez que, era indispensável a sua conclusão para se ser promovido a alferes. O papel decisivo que a universidade de Saragoça representou no ingresso dos militares ao QP, levou ao abandono do modelo pelo descontentamento das chefias militares (Ibáñez Dobón, 2012, p. 73).

Com a promulgação da Lei 17/89 Reguladora del Régimen del Personal Militar Profesional, a aplicação do plano de estudos de 1992 ficou mais facilitado, pois integrava os dois ciclos de estudo nos três primeiros anos do curso, na Academia General Militar, deixando para as academias especiais os restantes dois (Ortiz de Zárate, 2011, p. 72). Apesar das modificações legais realizadas e a consequente alteração dos planos de estudos de formação dos oficiais, para Ibáñez Dobón estas não foram significativas quanto ao resultado por não terem sido notadas significativas diferenças no desempenho dos oficiais formados nos vários sistemas. Para o mesmo autor, a formação moral e técnico-militar foi semelhante, e a diferenciação da formação intelectual, não trouxe significativas diferenças. Além disso, Ibáñez Dobón acrescenta que, a carreira militar era tida como de nível superior e permitia a qualquer oficial superior, caso o desejasse, iniciar diretamente o 3º ciclo em

²¹ O curso passou de quatro anos para cinco (Ibáñez Dobón, 2012, p. 73).

²² Um período exclusivo de formação militar notavelmente duro (Ibáñez Dobón, 2012, p. 73).

²³ Desde o direito à psicologia, passando pela química, geografia, história e língua inglesa (Ibáñez Dobón, 2012, p. 73)

²⁴ Correspondem às Escolas Práticas em Portugal.



qualquer universidade espanhola sem que, para isso, tivesse que fazer qualquer requisito que não fosse mostrar a Tarjeta de Identidad Militar (TIM)²⁵ (Ibáñez Dobón, 2012, p. 73).

Seja como for, em 1999, pela adesão à declaração de Bolonha, foi realizada uma nova adaptação do ensino superior tida como necessária para a formação dos oficiais do QP (Ortiz de Zárate, 2011, p. 72). Conscientes da necessidade de atualizar os currículos, em conformidade com as disposições da Ley 39/2007 da carrera militar, as FFAA espanholas deram início, em 2008, aos trabalhos que permitiram lecionar com o novo modelo de excelência, no ano letivo de 2010-2011 (Álvarez Jimenez, 2011, p. 33). O objetivo fundamental foi assegurar a qualidade do pessoal, de umas FFAA modernas e altamente técnicas como fator essencial e determinante (MD, 2010, p. 3433). Para além disso, a aprovação do RD 35/2010, de 15 de Janeiro, Reglamento de ingreso y promoción y de ordenación de la enseñanza de formación en las Fuerzas Armadas, assegurou um marco normativo que garantiu a seleção na base dos princípios constitucionais de igualdade, mérito e capacidade, reconhecendo a especificidade da profissão militar e a igualdade efetiva entre mulheres e homens (MD, 2010, p. 3433). O novo modelo, além da formação militar geral e específica, trouxe à formação dos oficiais do QP o grau universitário civil que materializou a integração da formação militar no sistema de educação geral. Esta mudança de paradigma implicou um enorme esforço a construção de novas infraestruturas, a adaptação e formulação de novos currículos, a formação de professores, e a coordenação dos dois pilares sobre os quais repousa o modelo²⁶: o Centro Universitario de la Defensa (CUD) ligado à universidade de Saragoça tutelado pelo ministro da Defesa, através da Secretaria de Defesa e a Academia General Militar (AGA), que corresponde ao outro pilar (Gan Pampols, 2011, p. 33). O CUD não pertence aos EESM, mas localiza-se nos EESM onde, de forma totalmente autónoma, conduz o plano de estudos de Engenharia de Organização Industrial (EOI) (Gan Pampols, 2011, p. 35). A coordenação entre os EESM e os CUD é feita através de mecanismos regulamentados permanentes, a fim de fornecer aos alunos uma formação mais abrangente e integrada que apresente um currículo duplo: civil e militar. O exemplo dos professores, o prestígio e a competência profissional são indispensáveis na formação dos alunos que precisam de modelos de ação e comportamentais (Gan Pampols, 2011, p. 35). Este princípio foi sempre seguido nos EESM que, agora, deverá ser extensível aos CUD (Gan Pampols, 2011, p. 35).

²⁵ Cartão de Identificação Militar.

²⁶ O modelo é extensivo aos restantes EESM como podemos verificar na LEY 39/2007, de 19 de novembro, *de la carrera* (Juan Carlos, 2007, p. 47347).



Apesar da mudança, a modernização dos currículos e a evolução da sociedade, os profundos valores, morais e espirituais, continuam a ser a base sólida do ESM. O objetivo dos EESM é formar os futuros líderes, criar corpos fortes e fomentar um sólido espírito de corpo. Este objetivo implica uma preocupação constante de incutir valores e virtudes militares porque, não havendo certezas no caminho da mudança, fica o valor da liderança como resposta às questões (Jimenez, 2011, p. 33). Assim, concordando com a Visión 2025 do gen CEME espanhol, o oficial do QP das FFAA espanholas, para Gan Pampols, é um líder multidimensional, com uma formação variada e extensa com caráter científico, técnico e humanístico que lhe permite dirigir de forma pessoal e direta os seus Homens, coordenar a atuação em organizações e ambientes multinacionais complexos no exterior, compreendendo a singularidade e a homogeneidade dos cenários em que se deverá desenvolver, com a flexibilidade e a capacidade de adaptação. Este é o modelo de oficial que pretendem alcançar no século XXI (Gan Pampols, 2011, p. 35).

b. Admissão aos EESM

As formas de acesso aos EESM, assim como os requisitos gerais e específicos, foram adaptados à declaração de Bolonha, com a entrada da lei 39/2007, de 19 de novembro, a carreira militar, descrito no capítulo III do título IV (Villareal Caro, 2010, p. 438). Com a publicação do Decreto-Real (DR) 35/2010, de 15 de janeiro, o ingresso, a promoção e a ordenação do ensino nas FFAA passou a estar regulado. (Villareal Caro, 2010, p. 438). De acordo com o estabelecido pelo DR, a ministra da defesa aprovou o DEF/792/2010, de 25 de março, sobre «Normas que regulam os processos de seleção para o ingresso nos Centros Docentes Militares de Formação para aceder à categoria de oficial dos Cuerpos Generales e Fuzileiros» (Villareal Caro, 2010, pp. 438-439).

As vagas são definidas anualmente e publicadas. O ingresso efetua-se mediante convocatória pública através de um sistema de concurso²⁷, oposición²⁸ ou concurso – oposición²⁹, garantindo os princípios constitucionais de igualdade, mérito e capacidade, bem como os demais princípios de acesso a emprego público (Juan Carlos, 2007, p. 47349).

O processo de candidatura pode ser um processo aberto, como é o caso do ingresso direto, baseado na livre concorrência, ou um processo restrito, o caso do ingresso por

²⁷ Consiste na comprovação e qualificação dos méritos dos candidatos e a sua ordenação (MD, 2010, p. 3443).

²⁸ Consiste na realização de provas para determinar as capacidades e aptidões dos candidatos e fixar a sua ordenação (MD, 2010, p. 3443).

²⁹ Corresponde à combinação do sistema de *concurso* e de *oposición* (MD, 2010, p. 3443).



promoção (Villareal Caro, 2010, p. 439). Seja qual for o processo, os candidatos podem apresentar-se a concurso com ou sem grau académico e, como escreve Villareal Caro no seu artigo, seguirão caminhos diferentes (Villareal Caro, 2010, p. 439).

No ingresso direto, e na fase de oposición, são realizadas as provas de aptidão psicofísica³⁰ e a prova específica de língua inglesa que é eliminatória. Nesta fase procura-se confirmar que os candidatos reúnem os conhecimentos mínimos necessários da língua inglesa para superarem os planos de estudos. Na fase de concurso, às vagas dos candidatos sem grau universitário, é aplicada uma fórmula em função das diferentes precedências dos candidatos. Para as vagas que careçam de grau universitário, o concurso será valorizado sobre os méritos militares e académicos (Villareal Caro, 2010, p. 439).

Quanto ao ingresso por promoção para alterar de posto ou corpo³¹, os candidatos desde que reúnam as condições podem aceder aos Cuerpos de Intendencia e Ingenieros (Juan Carlos, 2007, p. 349). Na fase de oposición, os candidatos às vagas sem grau universitário, realizam provas de aptidão psicofísica e de conhecimentos científicos para superar com êxito os planos de estudos (Villareal Caro, 2010, p. 441). Contudo, aqueles que concorrerem às vagas com grau universitário, apenas realizarão as provas de aptidão psicofísica. Para ambos os casos, será necessário acreditar um perfil mínimo linguístico da língua inglesa (Villareal Caro, 2010, p. 441). Como acontece para o ingresso direto, a fase de concurso versará sobre os méritos militares e académicos que estiverem estabelecidos (Villareal Caro, 2010, p. 441). Pode ainda ocorrer o ingresso por promoção por troca de corpo, quando militares profissionais concorrerem a um corpo distinto daquele a que pertenciam (MD, 2010, p. 3443).

Para ingressarem nos EESM de formação inicial, os candidatos necessitam de ter nacionalidade espanhola, não estar privados de direitos civis, não ter antecedentes criminais, não terem sido processados ou imputados de procedimento judicial por delito doloso, não terem sido eliminados por motivos disciplinares de serviço na administração pública por falta de carácter no exercício de funções e ter completado a idade de dezoito anos (Juan Carlos, 2007, p. 47439). Por outro lado, relativamente ao ano de concurso, a idade máxima permitida para o Cuerpo General e fuzileiros é de 20 ou 26 anos para o ingresso direto sem grau académico universitário e com grau académico universitário, respetivamente; e de 31 ou 35 anos por ingresso por promoção com ou sem grau

³⁰ Estas provas consistem numa inspeção médica, provas físicas e provas psicológicas (MD, 2010, p. 29823).

³¹ São o caso dos: *Cuerpo General*, *Cuerpo de Ingenieros*, *Cuerpo de Intendencia*, entre outros (Villareal Caro, 2010, p. 439).



académico, respetivamente (MD, 2010, p. 3449). Para os Cuerpos de Intendencia y de Ingenieros, as idades são 30 anos para o ingresso direto e 35 anos para o ingresso por promoção (MD, 2010, p. 3449).

Quanto ao acesso aos cursos que correspondem a grau académico do sistema educativo geral de aperfeiçoamento ou de Altos Estudos da Defesa Nacional, os alunos serão selecionados através do sistema de concurso ou concurso-oposición com as avaliações realizadas por órgãos de avaliação dos ramos, conforme as normas em vigor e estabelecidas pelos chefes dos ramos (Juan Carlos, 2007, p. 47350).

c. A organização e a autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Os EESM de Espanha, estão organicamente divididos em dois centros: os CDM de formação³² com a responsabilidade de formar oficiais ao QP e os CUD, localizados nas instalações dos CDM, cuja responsabilidade é lecionar a formação conducente ao grau académico (Juan Carlos, 2007, p. 47348). Esta separação tem como consequência a distribuição dos órgãos³³ que compõem normalmente um EESM pelos dois centros.

O comando, a direção e a gestão dos CDM é exercida pelo diretor, que é a autoridade máxima do centro e o seu representante. É um militar de carreira, a quem cabe as competências de carácter geral, militar e disciplinar, atribuídas aos comandantes de unidade, centros ou organismos (Juan Carlos, 2007, pp. 47348-47349). Os órgãos unipessoais e colegiais, assim como a estrutura docente à administrativa, são reguladas por regulamento interno dos CDM de formação (Juan Carlos, 2007, p. 47349).

Assim, no que concerne às autonomias, os CDM de formação, apenas possuem em exclusividade, de autonomia cultural materializada no enquadramento feito pelo corpo de alunos, pelos professores militares, pelo cerimonial militar e pelas obrigações e deveres explicitados nas normas de vida interna, entre outros (AGM, 2012, pp. 8-10).

Quanto à autonomia científica e a investigação e desenvolvimento, a existir, encontra-se nos CUD, uma vez são eles que possuem os docentes e investigadores que lecionam as matérias conducentes ao grau académico e, como podemos depreender do RD n.º 35/2010, de 15 de janeiro, Reglamento de ingreso y promoción y de ordenación de la enseñanza de formación en las Fuerzas Armadas, têm os recursos suficientes para o ensino e a investigação a fim de garantir a qualidade do ensino em conformidade com os

³² Corresponde à *Academia General Militar*, à *Escuela Naval Militar* e à *Academia General del Aire*.

³³ O comando ou a direção, os órgãos de conselho, os órgãos de ensino, o corpo de alunos, os órgãos de IDI e os órgãos de apoio.



parâmetros e os critérios adotados pelo Espaço Europeu do Ensino Superior (MD, 2010, p. 3440).

Relativamente à autonomia pedagógica e disciplinar esta é partilhada pelos dois centros através dos vários órgãos de conselho, o patronato e a junta do centro e materializada pelos regulamentos internos dos centros (AGM, 2012, pp. 6-7). Por um lado, os CUD têm liberdade académica para alterar os planos de estudo conducentes ao grau académico, por outro perdem-na, para as matérias militares gerais e específicas ou de especialidade, a quem cabe aos CDM de formação a atualização dos planos de estudos através dos seus departamentos (AGM, 2012, pp. 3-6) (AGA, 2013) (ENM, 2013). Quanto à disciplina, esta encontra-se dividida pelo tipo de infrações, ou seja, se são de âmbito académico ou militares. Por isso, apesar de cada um dos centros ter autonomia para conduzir os processos relativos as matérias que lhe dizem respeito, a questão disciplinar não está agregada a apenas um. Esta questão vai ser melhor desenvolvida no ponto d. discentes dos EESM.

Os CUD contam com orçamento financeiro próprio proveniente do Ministério da Defesa (Juan Carlos, 2007, p. 47348) e asseguram a sua autonomia financeira. Podem, além das verbas provenientes do Ministério da Defesa, obter outras verbas resultado de subvenções que, conforme legislação em vigor, podem ser concedidas, assim como remanescentes de tesouraria e quaisquer outros rendimentos provenientes do exercício da sua atividade (MD, 2010, p. 3441)

d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

A formação dos oficiais das FFAA tem como finalidade a preparação para o exercício profissional e a capacitação para a incorporação na respetiva categoria. Esta é compreendida por duas partes, uma primeira, que corresponde à formação geral e específica e, por uma segunda, relativa ao grau académico do sistema educativo geral (Juan Carlos, 2007, p. 47347).

O ensino compreende a formação integral das pessoas, a capacitação específica do militar no âmbito profissional, a formação contínua e a permanente atualização na procura do melhor desempenho (Juan Carlos, 2007, p. 47347).

Para isso, o ensino nas FFAA está integrado no sistema educativo geral e orientado na prossecução dos fins do sistema estabelecido e da ordem jurídica, com as adaptações correspondentes à condição militar (Juan Carlos, 2007, p. 47347).



Para ministrar o ensino de formação aos oficiais das FFAA, contam com os CDM de formação superiormente aprovados: a Academia General Militar, a Escuela Naval Militar, a Academia General del Aire, e as demais academias militares que o governo determine, sob proposta do Ministro da defesa. Estes centros são responsáveis pelo ensino de formação militar geral e específico, pela formação técnica correspondente às especialidades e, são os responsáveis pelo enquadramento dos alunos, direção e gestão do regime de vida interna (Juan Carlos, 2007, p. 47348).

Para ministrar o ensino conducente ao grau académico, a licenciatura em EOI, o ministério promoveu a criação de um sistema de CUD, ligados a uma ou mais universidades públicas, conforme a lei orgânica 6/2001, de 21 de dezembro, das universidades (Juan Carlos, 2007, p. 47348). Os CUD são localizam-se nos CDM de formação e pertencem ao ministério da defesa que exercerá a sua influência a partir da secretaria de defesa. (Juan Carlos, 2007, p. 47348).

Quanto aos altos estudos da defesa nacional referidos no Art.º 49.1, da lei da carreira militar, o ensino e a investigação é ministrado e desenvolvido pelos Centros de Altos Estudos da Defesa Nacional, o Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN) e a Escuela Superior de las Fuerzas Armadas (ESFAS). Cabe ao (CESEDEN) desenvolver tarefas de investigação, promoção e difusão da cultura de defesa e à Escuela Superior de las Fuerzas Armadas (ESFAS) a responsabilidade de lecionar os cursos de atualização aos oficiais gerais e os cursos para oficial de estado-maior (Juan Carlos, 2007, p. 47348).

(1) Atividades de formação

As atividades de formação de oficiais nos CDM de formação correspondem a aulas teóricas e práticas, assim como outras atividades académicas que venham a desempenhar (MD, 2010, p. 3453). Os planos de estudo deverão ser ajustados seguindo critérios que proporcionem a capacitação e a especialização para a incorporação nas FFAA, facilitem a obtenção de grau académico reconhecido, garantam a completa formação humana e o desenvolvimento da personalidade, fomentem os princípios e valores constitucionais e o respeito da pluralidade cultural de Espanha, assegurem o conhecimento das missões das FFAA, promovam os valores e as regras de comportamento militar e desenvolvam no aluno as capacidades para assumir o processo do conhecimento e a adaptação à sua evolução (Juan Carlos, 2007, p. 47350).

(2) Ciclos de estudo e graus académicos conferidos



Os graus universitários conferidos são os acordados por convénio em função da necessidade da defesa nacional e da exigência do exercício profissional das FFAA (Juan Carlos, 2007, p. 47348). Nos CUD podem ser ministrados estudos conducentes à obtenção de graus académicos pós-graduados, tanto de mestrado como doutoramento e, definir e desenvolver, linhas de investigação consideradas de interesse no âmbito das FFAA, da paz, da segurança e defesa, colaborando com outras entidades e organismos públicos de ensino e investigação (Juan Carlos, 2007, p. 47348).

Os estudos ou grupos de estudos, do ensino geral ou do ensino das FFAA, podem ser validados desde tenham unidades de crédito e o seu conteúdo seja similar (Juan Carlos, 2007, p. 47351). O mesmo se passará, com os militares profissionais que tiverem obtido graus académicos no sistema educativo geral e àqueles diplomas ou certificados que acreditem os cursos superados, as atividades desenvolvidas, as qualificações profissionais e as especialidades adquiridas (Juan Carlos, 2007, p. 47351). Os graus do sistema educativo geral serão de plena aplicação, o que poderá não acontecer quanto aos outros, diplomas e certificados, que deverão ser validados e homologados com graus oficiais do sistema educativo geral (Juan Carlos, 2007, p. 47351).

Os centros de altos estudos de defesa nacional ministram estudos conducentes à obtenção de graus pós-graduados e específicos militares (Juan Carlos, 2007, p. 47348), contudo para conferirem os graus têm que colaborar com as universidades públicas, os centros universitários da defesa e outras corporações públicas e privadas, mediante pertinentes convénios (Juan Carlos, 2007, p. 47348).

e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

(1) Natureza, origem e ingresso dos docentes

Cabe ao Ministro da Defesa fixar os requisitos gerais dos professores dos Centros Docentes Militares (CDM) de formação, específicos de cada área de conhecimento e as condições de exercício (Juan Carlos, 2007, p. 47352).

A formação militar geral e específica nos CDM de formação é exercida por professores militares que desenvolvem também tarefas de tutor e de apoio em colaboração com os CUD (Juan Carlos, 2007, p. 47352). Nos CUD, o ensino do grau académico, é lecionado por professores³⁴ que devem ter a capacidade adequada em conformidade com a

³⁴ A lei orgânica n.º 6/2001, de 21 de dezembro, universidades, no seu art.º 47 estabelece que os professores e investigadores das universidades públicas são compostos por funcionários do corpo docente universitário ou pessoa contratado (MEC, 2001).



lei orgânica 6/2001, de 21 de dezembro, das Universidades e correspondentes convénios (Juan Carlos, 2007, p. 47352).

(2) Critérios de escolha e seleção

Para poderem exercer, os professores civis têm que ter competência reconhecida³⁵ baseada em grau académico, preparação, experiência profissional e atitude pedagógica (Juan Carlos, 2007, p. 47352). Os professores que pertencerem aos CUD devem possuir título académico e acreditação conforme estabelecido na lei em vigor (Juan Rubio & G^a Conesa, 2012, p. 16). Aqueles que não forem professores universitários devem ter venia docendi da universidade outorgada pelo reitor sob proposta do delegado da universidade para lecionar as matérias da sua responsabilidade (Juan Rubio & G^a Conesa, 2012, p. 16).

Mediante autorização do patronato, o diretor do CUD pode estabelecer convénios com a universidade para permitir a participação de professores universitários na atividade académica ou para projetos de investigação do centro (Juan Rubio & G^a Conesa, 2012, p. 16).

(3) Vínculo institucional

Os professores que lecionam estudos nos CUD são contratados de acordo com os procedimentos estabelecidos nas normas da organização e funcionamento (Juan Rubio & G^a Conesa, 2012, p. 16).

f. Discentes dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

(1) Os discentes

Os discentes são todos os candidatos que ingressam nos EESM e assinam o documento de incorporação nas FFAA³⁶, conforme modelo aprovado pelo Ministério da Defesa, e que lhes confere a condição de aluno (Juan Carlos, 2007, p. 47351). Este documento marca o momento a partir do qual adquirem a condição militar, sem vínculo profissional, mas sujeitos ao regime de direitos e deveres dos membros das FFAA e às leis penais e disciplinares militares (Juan Carlos, 2007, p. 47351).

(2) Direitos e deveres dos alunos

Os alunos dos CDM de formação mantêm os direitos e liberdades consagrados na Constituição, nas Reales Ordenanzas e no restante ordenamento jurídico que derive da Orden Ministerial (OM) n.º 43/93 de Régimen del Alumnado, sem outros limites de exercício que os determinados pela Constituição (AGM, 2012, p. 8). Os alunos

³⁵ A acreditação é feita através de um exame e juízo, sobre os documentos que o candidato apresenta, por uma comissão constituída por sete professores de reconhecido prestígio docente e investigadores pertencentes ao corpo de funcionários docentes universitários (MEC, 2001)

³⁶ Salvo aqueles que já pertenciam às FFAA (Juan Carlos, 2007, p. 47351).



matriculados nos CUD têm os mesmos direitos e deveres que os restantes alunos da universidade, exceto aqueles inerentes à condição militar, e gozam do mesmo regime de vida que os restantes alunos do CDM de formação (AGM, 2012, p. 8). Relativamente aos deveres, o enquadramento jurídico é o mesmo que dos direitos, acrescido das leis penais e disciplinares militares (AGM, 2012, p. 8).

(3) Regime disciplinar

Uma vez ingressados, os alunos passam a estar sujeitos ao regime dos CDM de formação e pode-lhes ser concedido, com caráter eventual e para efeitos académicos, a prática e remuneração, conforme regulamentada, do posto de alferes, com denominações específicas, que se estabeleçam nas normas internas (Juan Carlos, 2007, p. 47351). Os alunos militares, que anteriormente possuíam uma patente militar, conservam os direitos administrativos inerentes à sua condição enquanto estiverem sujeitos ao regime de aluno (Juan Carlos, 2007, p. 47351).

As infrações de caráter académico³⁷ no ensino de formação não estão incluídas no regime disciplinar militar³⁸ e são sancionadas de acordo com o determinado no regime interno do centro onde decorrem os estudos (Juan Carlos, 2007, p. 47351). Assim, no que concerne à disciplina, os alunos são abrangidos pelo regime de infrações académicas e, pela sua condição militar, pelo regime disciplinar militar (AGM, 2012, p. 94). Esta dualidade traz cuidados acrescidos na aplicação da disciplina que deve atender à lei orgânica 8/98, de 2 de dezembro, do regime disciplinar das FFAA “Las infracciones de carácter académico en la enseñanza de formación no estarán incluidas en el régimen disciplinario militar, y se sancionarán de acuerdo con sus normas específicas” (cit. AGA, 2012, p. 94), assim como à lei 39/2007, de 19 de novembro, carreira militar “Las infracciones de carácter académico en la enseñanza de formación no están incluidas en el régimen disciplinario militar y serán sancionadas con arreglo a lo que se determine en el régimen interior de los centros docentes en los que cursen estudios” (cit. AGA, 2012, p. 94). Ainda referente à disciplina, acresce aos alunos matriculados nos CUD, o dever de cumprimento do regime disciplinar das universidades à semelhança dos restantes alunos universitários (AGM, 2012, p. 94).

³⁷ São as ações ou omissões, dolosas ou imprudentes, que infrinjam deveres com caráter exclusivo académico previstos na OM. 43/93, de 21 de abril, sobre o regime do aluno dos CDM de formação e que não constituam infrações disciplinares (AGM, 2012, p. 95).

³⁸ São as infrações disciplinares cometidas ao abrigo da lei orgânica n.º 8/98, de 2 de dezembro, regime disciplinar das FFAA.



As sanções às infrações académicas são: a proclamação verbal e a proclamação escrita (AGM, 2012, p. 95). A competência da proclamação verbal é, para além da cadeia de comando, extensível aos oficiais que desempenham as funções na Guardia de Orden, da Guardia de Seguridad ou professores militares e civis para com os seus alunos (AGM, 2012, p. 95). A proclamação preferencialmente deverá ser pública e de imediato. Relativamente à proclamação escrita a competência é exclusiva do Diretor do EESM e do Chefe dos Estudos (AGM, 2012, p. 96).

As sanções às infrações disciplinares são para faltas leves: a repreensão, a privação de saída do CUD até oito dias e a detenção até trinta dias. Quanto às faltas graves, os alunos podem ser detidos até dois meses ou, em última instância, eliminados (AGM, 2012, pp. 98-99).

(4) Perda da condição de aluno

A perda da condição de aluno ocorre quando: os alunos concluem com sucesso a sua formação e ascenderam à escala de oficial do QP, o aluno solicita autorização para desistir do curso ou quando há falta de desempenho académico ou comportamental.

Os alunos podem solicitar para desistir, todavia estão sujeito ao ressarcimento ao Estado dos custos da sua formação sempre que seja superior a dois anos e conforme determinado pelo Ministro da Defesa (Juan Carlos, 2007, p. 47352).

Além disso, face ao desempenho e comportamento, pode ser acordado pela sua eliminação desde que estejam verificadas as seguintes situações: insuficientes condições psicofísicas, reprovação das provas previstas dentro dos prazos fixados, falta de qualidades no respeito dos princípios constitucionais e regras de comportamento, devido a uma sanção disciplinar por falta grave, por uma condenação com sentença por delito doloso, por perda de nacionalidade ou por incumprimento dos requisitos gerais de ingresso (Juan Carlos, 2007, p. 47352). Ao serem eliminados, os alunos perdem a condição militar, a patente que possam ter alcançado e é cancelado o compromisso firmado³⁹ (Juan Carlos, 2007, p. 47352).

(5) Condições de trabalho e apoios

Os alunos dos CDM de formação estão agrupados, por ano de frequência, numa estrutura de comando, tipicamente militar, de batalhões e companhias de alunos (AGM, 2012, pp. 17-18). Além da participação obrigatória das atividades letivas, de cariz científico, técnico e moral e adestramento militar, os alunos podem desempenhar funções

³⁹ Exceção feita aos militares antes de ingressar nos CDM de formação. Estes regressam à sua situação anterior.



de comando e serviços previstos em regulamento próprio dos CDM, como por exemplo, a Guardia de Ordem (AGM, 2012, p. 73).

Os alunos têm direito à alimentação e alojamento⁴⁰, material escolar, armamento e remuneração. Além destes direitos, os CDM dispõem de infraestruturas de apoio ao estudo, de convívio e de treino físico ao dispor dos alunos. São exemplo disso, as bibliotecas, laboratórios e salas de estudo, a sala de alunos, as pistas, ginásios e piscinas, entre outros (AGM, 2012, pp. 116-117).

g. Síntese conclusiva

Os EESM são constituídos por dois centros responsáveis pela formação e pelo ensino dos alunos. Os órgãos encontram-se repartidos pelos centros e a autonomia, é partilhada e complementada pelos dois centros. Os CDM de formação constituem-se como entidade responsável pelo enquadramento dos alunos, pela formação geral e específica e pela transmissão de valores e virtudes tendo em vista a liderança militar. Quanto aos CUD, são responsáveis pela condução do ensino aos alunos conducente ao grau académico.

O acesso e o ingresso aos EESM está regulamento e adaptado à declaração de Bolonha. Segue as regras gerais de acesso ao ensino superior, salvaguardando as especificidades regulamentadas pelo RD 35/2010, de 15 de janeiro. Os candidatos podem ser civis ou militares e possuir ou não grau académico.

Nos CUD podem ser ministrados cursos pós-graduados, mestrados como doutoramentos, assim como linhas de investigação. Podem ainda ser validados estudos concluídos desde que tenham unidades de crédito ou o seu conteúdo seja similar.

A formação militar geral e específica é ministrada nos CDM de formação por professores militares, enquanto que a conducente a grau académico é ministrada por professores civis contratados nos CUD.

Os discentes gozam de direitos e deveres que resultam da condição militar e obedecem a um regime disciplinar e um regime académico. Os alunos são organizados numa estrutura de comando e têm ao seu dispor um conjunto de infraestruturas de apoio, alojamento e alimentação.

Verificamos ao longo deste capítulo que os EESM de Espanha, através dos CDM de formação, ministra formação militar geral e específica e, através dos CUD, ministram

⁴⁰ Os alunos que provêm de militar, que tenham família e residência na área geográfica do CDM de formação (até 90 km), caso solicitem o externado, deixam de ter direito à terceira refeição (AGM, 2012, p. 58) (AGM, 2012, pp. 108-109).



formação científica concedendo no final do ciclo de estudos o grau académico correspondente. Confirmamos a Hip 2, respondendo à QD 2.



4. Comparação dos modelos de ESM de Portugal e Espanha

Neste capítulo vamos comparar os modelos de ESM de Portugal e Espanha e avaliar a exequibilidade de aproximação dos modelos.

a. Evolução dos modelos de Ensino Superior Militar

Os modelos de ESM de Portugal e Espanha evoluíram de forma distinta quanto ao enquadramento legal, à autonomia e à adaptação aos critérios da declaração de Bolonha.

O ESM de Portugal foi reconhecido como equiparado ao ES público em 1986 com a aprovação do DL 46/86, de 13 de março. A partir desse momento, a evolução do ESM seguiu um rumo de reforço da autonomia e de valorização, interna e externa, dos cursos ministrados pelos EESM. A adesão à declaração de Bolonha foi um marco significativo para o ES público devido às adaptações que implicou nos planos de estudo e nos ciclos de estudo para que os cursos fossem reconhecidos no espaço europeu. O ESM, não ficou atrás e, em 2005, deu início ao primeiro curso com o novo modelo. Aproveitando as mudanças que decorriam da implementação dos critérios da declaração de Bolonha, o ESM procurou racionalizar custos e criou o IESM pela extinção dos Institutos de Estudos Superiores dos ramos. Mais tarde, com a aprovação DL nº 37/2008, de 5 de março, foi criado o CESM para conceber, coordenar e acompanhar a execução das políticas no domínio do ESM (MDN, 2008, p. 1386) e foram criados departamentos do ensino superior politécnico nos EESM, para extinguir os Institutos Politécnicos dos ramos.

Relativamente a Espanha o ESM sofreu várias alterações que acabaram por se traduzir em avanços e recuos. A adesão aos critérios da declaração de Bolonha criou a necessidade de ministrar formação de nível superior aos oficiais do QP e, como já tinha sido feito anos atrás, foi decidido pela partilha da responsabilidade de formação dos oficiais com as universidades. Desta vez, foram criados os CUD localizados nos CDM de formação com a responsabilidade de lecionar o ensino conducente ao grau académico. De salientar, que a formação militar geral e específica, assim como, a cultura organizacional, ficou à responsabilidade dos CDM de formação através do corpo de alunos e dos professores militares.

Concluimos que o percurso seguido por Portugal permitiu fortalecer a autonomia dos EESM, enquadrando bem legalmente o ESM, assegurando a incorporação das diretivas nacionais e internacionais no respeito da especificidade militar e otimizando as estruturas formativas numa ótica de economia de recursos. Relativamente a Espanha, a adesão à declaração de Bolonha, acrescentou à formação dos oficiais do QP uma formação de nível



superior reconhecida internacionalmente mas, para que fosse possível, foi necessário criar CUD ligados às universidades públicas.

b. Admissão aos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

As condições de acesso aos EESM dos dois países processam-se da mesma forma que para o ES público salvaguardas as exigências específicas. Deste modo, fica assegurado a igualdade de concurso a todos os cidadãos que reúnam as condições para aceder ao ES. Contudo, tratando-se de IM, são exigidas provas aos candidatos que visam selecionar os mais aptos à vida militar e aqueles que oferecem melhores garantias de sucesso nos cursos. As provas consistem em prova documental, provas de avaliação psicológica, provas médicas e provas físicas. Para os EESM de Portugal, são ainda realizadas provas de aptidão militar adaptadas ao ramo e à especialidade, enquanto para os EESM de Espanha é solicitada a realização de uma prova de língua inglesa eliminatória ou documentação comprovativa que confirme as competências adquiridas, para os candidatos com grau académico.

A admissão difere ainda entre os dois países, pela possibilidade de candidatos com grau académico poderem concorrer aos EESM⁴¹ e ingressarem diretamente no quarto ano, caso fiquem aptos. Esta possibilidade em Portugal, é muito remota devido aos limites de idade regulamentados. Mesmo que num concurso se venha a verificar um candidato com grau académico, a admissão ao EESM será sempre pelo primeiro ano.

Concluimos que, as condições de acesso e ingresso aos EESM são muito semelhantes entre os dois países. Contudo, as provas de aptidão militar em Portugal e a prova de língua inglesa em Espanha são diferenciadoras e eliminatórias. Por outro lado, o concurso de admissão aos EESM de Espanha, é mais abrangente permitindo a incorporação de quadros com formação de grau académico.

c. Organização e autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Os EESM de Portugal estão organizados numa única estrutura de comando que confere aos diferentes órgãos que o constituem unidade de comando e uniformização de procedimentos através da implementação de linhas orientadoras. Em Espanha, com a dispersão dos órgãos por dois centros, o CDM de formação e o CUD, para além de dificultar a coordenação dos órgãos e a uniformização dos procedimentos, implicou a criação de órgãos de concelhos, são o caso o Patronato e a Junta do Centro, para coordenar os dois centros no encontro de objetivos.

⁴¹ Apenas possível pelo limite de idade alargado que Espanha tem, em comparação com Portugal.



A autonomia dos EESM nacionais está regulamentada e é total. Os EESM têm os órgãos, os meios e os docentes e investigadores necessários para cumprirem a sua missão sem dependerem de outra entidade externa do ES. Quanto aos EESM de Espanha, isso já não se verifica devido à separação dos órgãos pelos dois centros. O CDM de formação consegue apenas ter autonomia cultural, enquanto o CUD, tem autonomia financeira, científica e de investigação. As restantes autonomias, pedagógica e disciplinar, para que se efetivem implica a participação dos dois centros.

Concluímos que a organização escolhida para os EESM de Espanha traz constrangimentos de autonomia e dificuldades de coordenação entre os diferentes órgãos que a compõem.

d. Ensino nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Para conduzir as atividades letivas, os EESM em Portugal possuem órgãos necessários e suficientes para cumprirem os planos de curso aprovados e os ciclos de estudos. Os EESM podem conduzir ciclos de estudo que concedem o grau de licenciatura e mestrado, podendo ainda estender-se aos doutoramentos, desde que associados às universidades públicas. Relativamente a Espanha, o ensino científico está todo concentrado e dependente dos CUD que são quem tem a autonomia científica e da investigação, remetendo para os CDM a formação militar geral e específica. Os CUD conduzem ciclos de estudo referentes de licenciatura, podendo ser alargados a mestrado ou doutoramento, caso haja interesse do Ministério da Defesa.

Concluímos que, os EESM em Portugal concedem os graus de licenciatura e mestrado de forma autónoma e podem conduzir ciclos de estudo de doutoramento associados às universidades. Relativamente a Espanha, quem concede os títulos académicos são os CUD, que podem ser de doutoramento desde que solicitado pelo Ministério da Defesa.

e. Docentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar

Os docentes dos EESM de Portugal e Espanha são civis e militares. Os professores civis são professores da carreira docente e são selecionados e admitidos por concurso. Quanto aos professores militares, estes são por norma admitidos e selecionados por convite ou escolha, podendo também fazê-lo por concurso.

Concluímos que, os docentes podem ser civis ou militares e os processos de seleção e admissão aos EESM são similares.

f. Discentes nos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar



Os discentes de ambos os EESM de Portugal e Espanha, adquirem a condição militar que lhes confere direitos e deveres. A nível disciplinar, os regulamentos por que são abrangidos são o da disciplina militar e, concretamente para os espanhóis, o regulamento de disciplina académica. Assim, dependendo da infração cometida, disciplinar ou académica, será tratado o processo e respetivo sancionamento.

Os discentes estão obrigados a participar em todas as atividades letivas e podem ser nomeados a desempenhar serviços nos EESM. As condições de trabalho são muito semelhantes e, quer seja em Portugal ou Espanha, os EESM possuem infraestruturas de apoio e meios para que os alunos sejam bem sucedidos. Os alunos têm abono de refeição, direito a alojamento e remuneração. Os motivos que podem levar à perda da condição de aluno são: o ingresso nos quadros de especialidade de oficial, o pedido de desistência ou a falta de resultados académicos ou por motivos de comportamento.

Concluimos que, as similitudes dos dois países nesta variável são quase totais, diferindo apenas na forma como as infrações académicas são tratadas.

g. Exequibilidade de aproximação dos modelos

O percurso dos EESM nacionais assegurou a autonomia, construiu um enquadramento legal do ESM completo e otimizou recursos. Por isso, atendendo à dependência que os EESM espanhóis têm das universidades o exemplo português deverá ser considerado para efeitos de aproximação.

Considerando a importância do domínio da língua inglesa no desempenho de funções de comando em teatros de operações, consideramos relevante a inclusão de uma prova de língua inglesa na seleção dos candidatos aos EESM como ocorre em Espanha.

Atendendo que ambos os EESM concedem graus académicos em conformidade com o preconizado na declaração de Bolonha, para efeitos de aproximação dos modelos é aconselhável que toda a formação dos militares dependa apenas de um centro. Por outro lado, há que considerar a diferença de grau académico existente no final dos ciclos de estudo. Assim, consideramos que para haver uma aproximação, é necessário que os CUD concedam formação de grau de mestre.

Relativamente à participação de docentes em cooperação, atendendo às características analisadas, não se vislumbram inconvenientes de maior face às similitudes dos procedimentos existentes. Contudo, os limites linguísticos deverão ser levados em linha de conta.



Como linha de aproximação final, os discentes são aqueles que mais fatores de similitudes reúnem, contudo deverão ser consideradas as influências culturais na formação inicial e as suas consequências.

Verificamos ao longo deste capítulo que os discentes, os docentes e os investigadores são recursos que podem ser partilhados, contudo deverão ser consideradas as linhas de aproximação que propomos. Confirmamos a Hip 3 e consideramos respondida a QD 3.



Conclusões

Seguidamente iremos apresentar as conclusões do trabalho. Desta forma começamos por uma revisão das linhas do procedimento seguido, apresentando os novos contributos para o conhecimento. Depois avaliamos as limitações do trabalho propondo novas linhas de investigação. Por fim, efetuamos considerações de ordem prática apresentando as necessárias recomendações.

Recordamos a nossa questão central, a qual serviu de orientação para o presente trabalho:

De que forma podem os modelos de ensino superior militar de Portugal e Espanha ser aproximados?

Para responder a esta questão, estruturamos o nosso trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, centramo-nos no contexto e especificidades dos EESM. Aqui verificamos que os EESM têm um universo social particularmente complexo que resulta de um corpo legal e de uma cultural organizacional da IM. A especificidade dos EESM provém do seu carácter militar, do seu ensino de índole militar, científico e cultural, dos processos de socialização e assimilação, da tomada de consciência da função primária comandar e do corpo docente exímio, civil e militar.

Depois, caracterizamos os modelos de ESM de Portugal, analisando a evolução histórica do quadro legislativo, a admissão, a organização e autonomia, o ensino, os docentes e os discentes dos EESM. Verificamos que os modelos de ESM em Portugal convergiram para o modelo do ES público, evoluíram no sentido do reconhecimento externo seguindo os critérios de Bolonha e consolidaram os modelos numa ótica de racionalização de custos. Constatamos a total autonomia que os EESM nacionais gozam o que lhes permite conduzir ciclos de estudo e conceder os graus de licenciado e mestre, e de doutor quando associados a uma universidade. Verificamos que o corpo docente dos EESM é constituído por militares, recrutados normalmente por convite ou escolha, e no caso dos docentes civis, normalmente docentes de carreira do ES universitário, por concurso.

No terceiro capítulo, caracterizamos os modelos de ESM de Espanha, analisando a evolução histórica do quadro legislativo, a admissão, a organização e autonomia, o ensino, os docentes e os discentes dos EESM. Verificamos que os EESM são constituídos por dois centros e que os órgãos se encontram repartidos pelos centros. Constatamos que a autonomia é partilhada e complementada pelos dois centros. Os CDM de formação



constituem-se como entidade responsável pelo enquadramento dos alunos, pela formação militar geral e específica e pela transmissão de valores e virtudes tendo em vista a liderança militar. Quanto aos CUD, são responsáveis pelo ensino e investigação conducentes ao grau académico. O acesso e o ingresso dos candidatos são realizados segundo os critérios de Bolonha salvaguardando as especificidades regulamentadas. Apuramos que os CUD podem ministrar cursos pós-graduados, mestrados ou doutoramentos, assim como linhas de investigação.

Posteriormente, comparamos os modelos de EESM de Portugal e Espanha procurando extrair linhas de convergência entre os modelos. Verificamos que o percurso seguido por Portugal permitiu fortalecer a autonomia dos EESM e assegurou a incorporação das diretivas nacionais e internacionais no respeito da especificidade militar. Quanto a Espanha, pela adesão à declaração de Bolonha, passou a conferir aos oficiais do QP uma formação de nível superior reconhecida internacionalmente. Constatamos ainda que os EESM em Portugal concedem os graus de licenciatura e mestrado de forma autónoma e que podem conduzir ciclos de estudo de doutoramento associados às universidades. Quanto a Espanha, cabe aos CUD conceder os títulos académicos.

Ainda no capítulo quarto, apresentamos as linhas de aproximação dos modelos que inferimos a partir da nossa análise. Concluimos que os modelos de EESM representam um bom modelo para que os EESM espanhóis possam adquirir autonomia e diminuir a sua dependência das universidades. Além disso, consideramos ser interessante e vantajoso seleccionar os candidatos aos EESM aferindo o seu domínio na língua inglesa como fazem os EESM em Espanha. Concentrar os dois centros num único, facilita a cooperação e a elaboração de convénios. É ainda necessário a uniformização dos graus académicos dos dois modelos, e procurar uma língua comum de entendimento entre docentes e alunos, assim como, respeitar e preservar as diferenças de cultura organizacional dos países.

O presente trabalho tem naturalmente algumas limitações. Como primeira limitação focamos a nossa investigação apenas no ESM universitário por ser aquele que está orientado para a oferta de formação científica sólida, e o que reúne esforços e competências de unidades de ensino e investigação. O ESM politécnico tem pouca expressão numérica nos cursos de carreira. Além desta, por limitação de espaço, não nos debruçamos sobre corpos especiais das FFSS, GNR e GC, apesar da sua formação decorrer na AM e na AGM. A nossa última limitação resulta da publicação da RCM n. °26/2013, 19



de abril “Defesa 2020” que extingue a Escola do Serviço de Saúde Militar enquanto EESM.

Perante o exposto, estamos em condições de propor linhas de investigação. A primeira que propomos centra-se no estudo do impacto do recrutamento destinado aos EESM ser alargado a candidatos com grau académico à semelhança do modelo espanhol. Outra possível linha de investigação prende-se com o alargamento do nosso estudo à formação das FFSS e do ESM politécnico.

Cumpre-nos agora efetuar algumas recomendações.

Identificadas algumas linhas de aproximação, estas não devem ser postas em prática sem antes atender às considerações que apresentamos como aspetos sensíveis. Uma outra recomendação vai no sentido de, a haver aproximação dos modelos, que seja dos modelos ESM espanhóis ao português em virtude do avançado estado de autonomia e enquadramento legal.



Bibliografia

AFA, 2012. *Concurso para admissão ao curso de mestrado integrado em aeronáutica militar 2012-2013*. Sintra: s.n.

AFA, 2012. *Proposta de Regulamento da Academia da Força Aérea (RAFA)*. Sintra: s.n.

AGA, 2013. *misión*. [Online] Available at: <http://www.ejercitodelaire.mde.es/ea/pag?idDoc=FBACC6B47954912CC12570DD00429B2C&idRef=745FE67DFF9C93CFC125745900264963&paginaActiva=1> [Acedido em 27 4 2013].

AGM, 2012. *Normas del curso 2012-2013*. Saragoça: Ejército de Tierra.

Álvarez Jimenez, J. A., 2011. El Nuevo Modelo de Enseñanza de Oficiales. *Ejército de tierra español*, 840(La nueva carrera militar del oficial), p. 132.

AM, 2013. *Academia Militar*. [Online] Available at: <http://www.academiamilitar.pt/admissao.html> [Acedido em 13 abril 2013].

AM, 2013. *Proposta de Regulamento da Academia Militar*. Lisboa: s.n.

AR, 1989. Bases gerais do estatuto de condição militar. *Lei n.º 11/89 Diário da República - I Série*, 1 junho, pp. 2096-2097.

AR, 2007. Regime jurídico das instituições de ensino superior. *Lei n.º 62/2007 Diário da República*, 10 setembro, pp. 6358-6389.

Borges, J. V., 2004. Subsídios para um Novo Modelo de Ensino Superior Militar Universitário em Portugal. *Nação e defesa*, Volume Nº 107, pp. 115-143.

Branco, M. d. D. - J. P. A., 2012. *Despacho - Conselho Ensino Superior Militar*. Lisboa: MDN.

Coelho, A. R., 2006. Lisboa, CNE.

EN, 2012. *Concurso de admissão de cadetes da armada 2012*. Alfeite: s.n.

EN, 2012. *Projeto de Regulamento da Escola Naval*. Alfeite: s.n.

ENM, 2013. *Organización*. [Online] Available at: http://www.armada.mde.es/ArmadaPortal/page/Portal/ArmadaEspannola/personal_escuela/s/prefLang_es/02_enm--02_organizacion_es#3 [Acedido em 27 4 2013].

Escorrega, L., 2012. *Organização e Estratégia Militar em tempos de crise financeira: impactos e desafios de adaptação*. Pedrouços: IESM.

Feliciano, J. A. d. F., 2012. *Reestruturação do Ensino Superior Militar*, Lisboa: IESM.

Gan Pampols, F. J., 2011. El Nuevo Modelo de Enseñanza de Oficiales. *Ejército de tierra español*, 840(La nueva carrera militar del oficial), p. 132.

Guevara, F. A. L. d., 2011. *La nueva carrera militar del oficial*, Madrid: Ejército de tierra español.

Ibáñez Dobón, L., 2012. Sobre la enseñanza militar superior en el Ejército. *Revista Ejército*, maio, pp. 72-76.

Jimenez, J. A. Á., 2011. El Nuevo Modelo de Enseñanza de Oficiales. *Ejército de tierra español*, 840(La nueva carrera militar del oficial), p. 132.



Juan Carlos, I., 2007. LEY 39/2007, de 19 de noviembre, de la carrera. *BOE N.º 278*, 20 9, pp. 47336-47377.

Juan Rubio, A. & G^a Conesa, I., 2012. *ieee.es*. [Online] Available at: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_marco/2012/DIEEEEM16-2012_NuevoSistemaEnsenanzaCivilAGAdentroEEES_Rubio-Conesa.pdf [Acedido em 15 março 2013].

Madeira, I., 2006. *O Impacto do Processo de Bolonha no Ensino Superior Militar*. Lisboa, s.n.

MCTES, 2006. Regime jurídico dos graus do ensino superior. *DL n.º 74/2006 Diário da República - I Série - A*, 24 março, pp. 2244-2257.

MCTES, 2006. Regime Jurídico dos graus e diplomas do ensino superior. *DL n.º 74/2006*, 24 março, pp. 2242-2257.

MCTES, 2007. Fundação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. *DL n.º 369/2007*, 5 novembro, pp. 8032-8040.

MD, 2010. Orden DEF/792/2010, de 25 de março normas de seleção de ingresso aos CDM de formação. *Boletín Oficial del Estado*, 30 março, pp. 29818-29834.

MD, 2010. Reglamento de ingreso y promoción y de ordenación de la enseñanza de formación en las Fuerzas Armadas. *Boletín Oficial del Estado*, 15 enero, pp. 3433-3460.

MDN, 1986. Criação dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior. *DL n.º 48/86 Diário da República*, 13 março.

MDN, 2005. Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares. *DL n.º 161/2005 Diário da República - I Série - A*, 22 setembro, pp. 5474-5677.

MDN, 2007. Portaria N.º 1153/2005 Regulamento do IESM. *Diário da república - I Série - B*, 11 Novembro, pp. 6496-6498.

MDN, 2008. Aplicação dos princípios de Bolonha ao ensino superior público. *DL N.º 37/2008 Diário da República*, 5 março, pp. 1382-1387.

MDN, 2010. Estatuto do IESM. *DL. N.º 28/2010 Diário da República*, 31 março, pp. 1070-1087.

MDN, 2010. Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar. *DL. N.º 27/2010 Diário da República*, março 31, pp. 1055-1069.

MEC, 2001. *Notícias Jurídicas*. [Online] Available at: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/lo6-2001.html [Acedido em 26 4 2013].

Ministros, P. d. C. d., 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Monteiro, C. -. A. P., 2012. *Directiva N.º 48/CEME/12*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Moreira, A., 2006. *Bolonha e os novos caminhos de Santiago*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Nacional, M. d. D., 2008. *EMFAR alterado e retificado*. Lisboa: MDN.

Ortiz de Zárate, J. R. O. d. Z., 2011. Resume histórico de la enseñanza de formación de oficiales. *Revista Ejército n.º 840*, abril, pp. 66-73.



Pampols, F. J. G., 2011. El Nuevo Modelo de Enseñanza de Oficiales. *Ejército de tierra español*, 840(La nueva carrera militar del oficial), p. 132.

PCM, 2013. RCM n.º 26/2013, 19 de abril "Defesa 2020". *Diário da República*, 19 abril, pp. 2285-2289.

Pereira, R. G. & Borges, J. V., 2011. Carreira docente militar no contexto da reforma do ensino superior militar. *Boletim do IESM*, Novembro, pp. 113-134.

Santos, J. R. d., 2006. *Modelos de análise da profissão militar*. Lisboa: s.n.

Sousa, F. C. d. & Esteves, J. G., 2010. Comparação da Orientação Institucional/Ocupacional dos Oficiais do Exército e da GNR. *Nação e Defesa*, Volume 125, pp. 81-102.

Superior, C. N. d. A. d. E., 2005. *Temas do Processo de Bolonha - colóquio*. Lisboa: Fundação Oriente.

Villareal Caro, M., 2010. El acceso a la enseñanza militar de formación en el Ejército del Aire. *Revista de aeronautica y astronautica*, Maio, pp. 438-443.



ANEXO A - CORPO DE CONCEITOS

Unidade curricular: a unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Plano de estudos de um curso: o conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve ser aprovado para: obter um determinado grau académico, concluir um curso não conferente de grau ou reunir uma parte das condições para a obtenção de um determinado grau académico (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Duração normal de um ciclo de estudos: o número de anos, semestres e ou trimestres letivos em que o ciclo de estudos deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Crédito: unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Condições de acesso: as condições gerais que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Condições de ingresso: as condições específicas que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos concreto num determinado estabelecimento de ensino (MCTES, 2006, pp.2244-45).

Infração disciplinar escolar: ação ou omissão, ainda que negligentes, praticada pelo aluno no âmbito da atividade escolar e que implique a violação dos respetivos deveres (AM, 2013, p. 55)

Recompensas escolares: são louvores, referências elogiosas, citação em formatura ou dispensa extraordinária, coletivas ou individuais, concedidas pelo comandante, sob proposta do diretor de ensino ou do comandante do corpo de alunos, que visam destacar atos ou comportamentos exemplares dos alunos no aproveitamento escolar ou em trabalhos que sejam considerados relevantes (AM, 2013, p. 55)

Prémios escolares: são prémios atribuídos pelos EESM, entidades militares ou civis nacionais ou internacionais, aos alunos que se distinguem pelas suas qualidades ou pelo



aproveitamento, mediante proposta do diretor de ensino ou do comandante do corpo de alunos, em cerimónia pública e com publicação em ordem de serviço.

Repreensão escolar: declaração escrita, proferida ao aluno infrator, em particular, de que sofre reparo por ter praticado qualquer ato que constitui infração aos seus deveres e obrigações, prevista no regulamento do EESM.

Repreensão escolar agravada: declaração escrita, proferida ao aluno infrator, em particular, de que sofre reparo por ter praticado qualquer ato que constitui infração aos seus deveres e obrigações, prevista no regulamento do EESM, proferida na presença de alunos graduação igual ou superior à do aluno infrator, sendo nesse momento entregue ao aluno infrator uma nota da qual consta o facto originador da sanção e os deveres e obrigações que foram infringidos.

Proibição de saída escolar: consiste na permanência continuada do aluno, com duração inferior a 20 dias, sem dispensa de formaturas e do serviço que, por escala, lhe competir, podendo ausentar-se por motivos de serviço ou da atividade escolar.

Expulsão: consiste na perda da condição de aluno e é aplicada ao aluno cujo comportamento, pela sua excecional gravidade, se revele incompatível com a permanência no EESM, nomeadamente quando se comprove falta de idoneidade moral ou de carácter, tenha cometido falta disciplinar excecionalmente grave ou de outras qualidades essenciais ao desempenho de funções militares.

Corpo discente: são todos os alunos admitidos para a frequência de ciclos de estudos, cursos, estágios, tirocínios, unidades curriculares ou quaisquer outras atividades de ensino e formação num EESM.

Corpo docente: são todos os professores, investigadores e instrutores, militares ou civis dos EESM que neles desenvolvam atividade docente e que satisfaçam os requisitos previstos no artigo 47.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.



Anexo B – Tabela de comparação dos modelos ESM de Portugal e Espanha

DIMENSÕES/SUBDIMENSÕES		MODELOS DE ESM PORTUGAL	MODELOS DE ESM ESPANHA
Evolução dos modelos	Legislação	Criação do CSM	Carreira Militar
		Criação do IESM	Regras de seleção e nomeação
		Estatuto do EESM	Normas Internas
		Regulamento dos EESM	
	Estruturas	Criação do IESM	Criação dos CUD
		Extinção do politécnico	
	Alinhamentos	Equiparação ao ES público	Equiparação ao ES público
		Adesão aos critérios de Bolonha	Adesão aos critérios de Bolonha
		Concentração e racionalização do ESM	
Admissão nos EESM	Condições de acesso	As condições de acesso são idênticas às estabelecidas para o ES público, salvaguardadas as exigências específicas	As condições de acesso são idênticas às estabelecidas para o ES público, salvaguardadas as exigências específicas
	Provas seletivas	Prova documental	Prova documental
		Provas psicotécnicas	provas psicológicas
		Provas médicas	provas médicas
		Provas físicas	provas físicas
		Provas de aptidão militar	Prova de Inglês
Organização	Organização	Estrutura única por EESM para ministrar a formação e o ensino	Estrutura bipartida por dois centros para ministrar a formação e o ensino
		Possui órgãos de comando ou direção, conselho, corpo de alunos, de apoio e investigação e desenvolvimento	Possui órgãos de comando ou direção, conselho, corpo de alunos, de apoio e investigação e desenvolvimento



Modelos de ensino superior militar de Portugal e Espanha

Autonomia	Científica	Tem	Não tem. Depende do CUD
	Pedagógica	Tem	Não tem. Depende do CUD
	Disciplinar	Tem	A disciplina académica está dependente do CUD
	Cultural	Tem	Tem
	Administrativo	Tem	Não tem. Depende do CUD
	Financeira		O CUD tem autonomia financeira
Discentes	Perda da condição de aluno	Possui os órgãos necessários para conduzir as suas atividades	Depende do CUD
		Pode elaborar Planos de Estudo	Depende do CUD
		Os EESM podem conferir Licenciatura e mestrado	O CUD pode conferir licenciatura, mestrado ou doutoramento
	Condições de Trabalho	OS EESM podem conferir doutoramento associados a uma universidade	
		Professores civis e militares	Professores civis e militares
		Ingresso professores militares - convite ou escolha, ou por concurso	Professores civis da carreira docente - por concurso



ANEXO C - Diagrama de validação das hipóteses

Tema	Questão central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação das Hipóteses	Resposta à Questão Central
Modelos de Ensino Superior de Portugal e Espanha	Qual a exequibilidade de aproximação dos modelos de Ensino Superior Militar de Portugal e Espanha?	QD1: Quais as características dos modelos de ESM em Portugal?	Hip1.1: O ESM caracteriza-se por uma identidade própria, no seio do ES público, o que implica a existência da especificidade militar Hip 1.2: Os modelos de ESM em Portugal têm autonomia para conduzirem as suas atividades de formação científica e técnica sem necessidade de recorrer a outras entidades.	Capítulo 2, Página 19	QC: De que forma podem os modelos de ESM de Portugal e Espanha ser aproximados? Os modelos de ESM podem ser aproximados: - pela aproximação dos modelos espanhol ao nacional dando mais autonomia aos EESM e com recurso a um bom enquadramento legal; - com a introdução de uma prova de língua inglesa na seleção dos candidatos aos EESM; - com a concentração da formação num único centro e com a atribuição do mesmo grau académico no final do ciclo de estudos; - recurso a uma língua de comum entendimento; - respeitar e preservar as diferenças de cultura organizacional dos países.
		QD2: Quais as características dos modelos de ESM em Espanha?	Hip 2: Os modelos de ESM em Espanha ministram formação militar e científica concedendo um grau académico no final do ciclo de formação.	Capítulo 3, Página 32	
		QD3: Quais as dimensões que podem ser partilhadas nos modelos de ESM de Portugal e Espanha?	Hip 3: Os modelos de ESM de Portugal e Espanha podem partilhar docentes, discentes, projetos de investigação.	Capítulo 4, Página 37	